

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL
2023/2024**



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

**O PAPEL DO EXÉRCITO MOÇAMBICANO NAS OPERAÇÕES E
MISSÕES DE PAZ DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.**

**Otílio Miguel dos Santos Pires
CORONEL DE INFANTARIA**



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

O PAPEL DO EXÉRCITO MOÇAMBICANO NAS
OPERAÇÕES E MISSÕES DE PAZ DA ORGANIZAÇÃO
DAS NAÇÕES UNIDAS

CORONEL DE INFANTARIA, Otilio Miguel dos Santos Pires

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2023/2024

Pedrouços 2024



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**O PAPEL DO EXÉRCITO MOÇAMBICANO NAS
OPERAÇÕES E MISSÕES DE PAZ DA ORGANIZAÇÃO
DAS NAÇÕES UNIDAS**

CORONEL DE INFANTARIA, Otilio Miguel dos Santos Pires

Trabalho de Investigação Individual do CPOG 2023/2024

Orientador: COR TIR INF, Jorge Manuel dos Reis Gamito Torres

Pedrouços 2024



Declaração de compromisso Anti plágio

Eu, **Otílio Miguel dos Santos Pires**, declaro por minha honra que o documento intitulado **“O Papel do Exército Moçambicano nas Operações e Missões de Paz da Organização das Nações Unidas”** corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida, enquanto auditor do **Curso de Promoção a Oficial General 2023/2024**, no Instituto Universitário Militar, e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, **13 de maio de 2024**

Otílio Miguel dos Santos Pires
Coronel (MOZ) de Infantaria



Agradecimentos

Às Forças Armadas de Defesa de Moçambique, pela confiança que depositaram em mim para a frequência neste curso, a qual me enche de orgulho, não só pela oportunidade de representar o meu país ao mais alto nível, mas também de desenvolvimento pessoal.

Ao Instituto Universitário Militar e, especialmente à Direção do Curso, pelo acolhimento e acompanhamento didático.

A todos os auditores do CPOG 2023/2024 pela amizade e camaradagem, na certeza de que voltaremos a estar juntos, em outras circunstâncias.

Ao meu orientador, COR TIR INF Jorge Manuel dos Reis Gamito Torres, um agradecimento muito especial, pela permanente disponibilidade, aconselhamento, sugestões, contributos e principalmente pelo espírito de camaradagem que contribuíram decisivamente para que este trabalho se realizasse com sucesso.

A todos aqueles que não estejam aqui mencionados, mas que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

Por fim e mais importante aos meus filhos, Fabiana e Fábio, pelo vosso amor e carinho, que tem vindo a servir de motivação para superar todos os desafios.



Índice

1. Introdução	1
2. Enquadramento teórico e conceptual	4
2.1 Revisão da literatura	4
2.1.1 Planeamento operacional	5
2.1.2 Forças e meios disponíveis.....	5
2.1.3 Capacidades militares.....	6
2.1.4 Operações de apoio à paz	6
2.2 Modelo de análise	7
3. Metodologia e método	9
3.1 Resumo da metodologia	9
3.2 Método	9
3.2.1 Participantes e procedimentos	9
3.2.2 Instrumentos de recolha de dados	10
3.2.3 Técnicas de tratamento de dados.....	10
4. Enquadramento teórico e conceptual	11
4.1 O ambiente externo – necessidades recorrentes para operações de apoio à paz.....	11
4.1.1 Componente operacional.....	11
4.1.2 Componente financeira	13
4.1.3 Síntese conclusiva	14
4.2 O ambiente interno – forças e meios do Exército moçambicano para operações de apoio à paz da Organização das Nações Unidas.....	15
4.2.1 Organizações internacionais.....	15
4.2.2 Componente doutrina	16
4.2.3 Componente material e equipamento.....	17
4.2.4 Componente treino	17
4.2.5 Forças de reação rápida treinadas no âmbito da missão de formação militar da União Europeia em Moçambique	18
4.2.6 Síntese conclusiva	20
4.3 Contributos para edificação de forças do Exército moçambicano a empregar em operações de apoio a paz	21



4.3.1	Linhas de ação	21
4.3.2	Linhas de ação estratégica e objetivos estratégicos	22
4.3.3	Síntese conclusiva	23
5.	Conclusões	25
	Referências bibliográficas	30

Índice de Apêndices

Apêndice A – Corpo de conceitos	Apd A-1
Apêndice B – Componentes de desenvolvimento de capacidades militares	Apd B-1
Apêndice C - Entidades e especialistas participantes das entrevistas	Apd C-1
Apêndice D – Necessidades recorrentes de forças e meios para OAP da ONU	Apd D-1
Apêndice E – Análise SWOT	Apd E-1
Apêndice F - Guião de entrevistas de confirmação	Apd F-1
Apêndice G – Análise de conteúdo	Apd G-1
Apêndice H – Validação e fiabilidade das entrevistas	Apd H-1

Índice de Figuras

Figura 1 – Percorso metodológico	10
Figura 2 – Organograma do Exército	16
Figura 3 – Principais linhas de ação estratégicas	28

Índice de Quadros

Quadro 1 – Modelo de análise	8
Quadro 2 – Estimativa de reembolso de uma Companhia de QRF	13
Quadro 3 – Objetivos estratégicos e linhas de ação estratégicas	23
Quadro 4 – Evolução (de 2021 a 2023) das necessidades recorrentes de forças e meios para as OAP da ONU	Apd D-1
Quadro 5 – Matriz SWOT e linhas de ação	Apd E-1
Quadro 6 – Análise de conteúdo das entrevistas de confirmação	Apd G-1
Quadro 7 – Linhas de ação e validação	Apd H-1



Resumo

Moçambique atribui grande importância ao Sistema das Nações Unidas como fórum privilegiado do multilateralismo e dentro deste espírito, participa ativamente nos trabalhos internacionais de manutenção da paz, como coprodutor de segurança credível e ativo.

Desta forma, para concretizar a estratégia nacional, o Exército moçambicano necessita edificar capacidades militares internas, orientadas para a capacitação, geração, emprego e sustentação de Forças em Operações de Apoio à Paz.

Este trabalho tem por objetivo, propor contributos que potenciem a relevância estratégica de emprego de Forças do Exército moçambicano em Operações de Apoio à Paz da Organização das Nações Unidas, no âmbito do cumprimento dos objetivos políticos e dos compromissos assumidos por Moçambique.

O método usado no trabalho teve como base o raciocínio indutivo, seguindo uma metodologia de investigação qualitativa e um desenho de pesquisa de estudo de caso.

Para a elaboração das linhas de ação, fez-se o cruzamento das oportunidades e ameaças resultantes da análise do ambiente externo, com as potencialidades e vulnerabilidades da análise do ambiente interno.

Conclui-se com a proposta de 14 linhas de ação estratégica para acelerar a edificação de capacidades militares internas do Exército moçambicano, em concertação com quatro objetivos estratégicos do Estado-Maior-General das Forças Armadas de Defesa de Moçambique.

Palavras-chave:

Aprontamento, Capacidades Militares, Exército moçambicano, Operações de Apoio à Paz, Planeamento.



Abstract

Mozambique assigns great importance to the United Nations system as a privileged forum for multilateralism and in this spirit, actively participates in international peacekeeping work, as a credible and active security co-producer.

Thus, in order to implement the national strategy, the Mozambican Army needs to build internal military capabilities, oriented towards training, generating, employing and sustaining Forces in Peacekeeping Operations.

This work aims to propose contributions that enhance the strategic relevance of the use of Mozambican Army Forces in United Nations Peacekeeping Operations, within the scope of fulfilment the political objectives and commitments assumed by Mozambique.

The method used in the work was based on inductive reasoning, following a qualitative research methodology and a case study research design.

For the elaboration of the lines of action, the opportunities and threats resulting from the analysis of the external environment were cross-referenced with the potentialities and vulnerabilities of the analysis of the internal environment.

It is concluded with the proposal of 14 strategic lines of action to accelerate the building of internal military capabilities of the Mozambican Army, in concert with four strategic objectives of the General Staff of the Mozambican Armed Defense Forces.

Keywords:

Readiness, Military Capabilities, Mozambican Army, Peacekeeping Operations, Planning.



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

A

- AMIS *African Union Mission in Sudan*
ASF *African Standby Force*

C

- CEDN Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CEM Conceito Estratégico Militar
CFOAP Centro de Formação de Operações de Apoio a Paz
CHMT *Cessation of Hostilities Monitoring Team - Uganda*
COE *Manual on Policies and Procedures concerning the Reimbursement and Control of Contingent-Owned Equipment of Troop/Police Contributors Participating in Peacekeeping Missions*
CPLP Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSNU Conselho de Segurança das Nações Unidas

E

- EUTM-MOZ *European Training Mission in Mozambique*

F

- FADM Forças Armadas de Defesa de Moçambique

I

- ISR *Intelligence Surveillance & Reconnaissance*
IUM Instituto Universitário Militar

L

- LAE Linhas de Ação Estratégica
LDNFADM Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas de Defesa de Moçambique
LPM Lei de Programação Militar

M

- MIAB Missão da União Africana no Burundi
MIOC *African Union Observer Mission in the Comoros*
MONUC *Mission de l'Organisation des Nations Unies en RD Congo*
MONUSCO *Mission de l'Organisation des Nations Unies pour la stabilisation en RD Congo*
MOU *Memorandum of Understanding*



O

OAP	Operações de Apoio à Paz
OE	Objetivo Específico
OG	Objetivo Geral
ONU	Organização das Nações Unidas
ONUB	<i>United Nations Operation in Burundi</i>

P

PCRS	<i>Peacekeeping Capability Readiness System</i>
PESC	Política Externa e Segurança Comum

Q

QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
QRF	<i>Quick Reaction Force</i>

S

SADC	<i>Southern Africa Development Community</i>
SFN	Sistema de Forças Nacional
SWOT	<i>Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats</i>

T

T/PCC	<i>Troop/Police Contributing Country</i>
TII	Trabalho de Investigação Individual

U

UAS	<i>Unmanned Aircraft System</i>
UNAMID	<i>United Nations – African Union Hybrid Operation in Darfur</i>
UNISFA	<i>United Nations Interim Security Force for Abyei</i>
UNMISS	<i>United Nations Mission in South Sudan</i>
UNTAET	<i>United Nations Transitional Administration in East Timor</i>



1. Introdução

Moçambique foi eleito por unanimidade, a 9 de junho de 2022, como membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), fator esse que de certa forma impõe aos atores políticos e militares a necessidade de definir diretrizes para o país se afirmar como coprodutor, credível e ativo, de paz e segurança no contexto regional e internacional, bem como, com vista a dinamizar a relevância estratégica do emprego das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), concretamente o Exército moçambicano, em Operações de Apoio à Paz (OAP), através da edificação de capacidades militares para atender aos “futuros” desafios do ambiente internacional.

Importa referir que, apesar da temática das OAP não ser completamente nova, para o caso moçambicano mostra-se de extrema importância devido à lacuna de, até à atualidade, existirem muito poucos trabalhos elaborados sobre o planeamento, geração e emprego de forças e meios em operações e missões da Organização das Nações Unidas (ONU), denotando-se assim um hiato sobre esta temática no panorama nacional.

Apesar de, atualmente, Moçambique não ter Forças destacadas em OAP, foi um país que contribuiu com Forças, tendo participado nos esforços da ONU, na qualidade de membro do Comité Especial de Operações de Manutenção da Paz da ONU, como País Contribuinte com Forças Militares e Policiais (T/PCC) e em missões individuais (Uziel & Vargas, 2011).

Moçambique teve a sua primeira participação em OAP de 1999 a 2002, na missão de Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste (UNTAET), seguindo-se no período de 2003 a 2006, a Missão da União Africana no Burundi (MIAB), que depois se converteu na Operação das Nações Unidas no Burundi (ONUB) (Chume, 2021).

Esta experiência foi desenvolvida de forma continuada com a presença de Observadores Militares e Oficiais do Estado-Maior em diversas OAP da ONU e da União Africana.

Assim, considera-se que o presente Trabalho de Investigação Individual (TII) se justifica não só pela exiguidade de estudos na matéria em análise como pela falta de planos operacionais e estratégicos, constituindo um contributo para a otimização da ação do Exército moçambicano em OAP e, concorrentemente, para o incremento da relevância estratégica das FADM, através da criação de capacidades militares para a geração de forças e meios necessários às OAP, no âmbito do cumprimento dos objetivos políticos e dos compromissos assumidos com as Organizações Internacionais de que Moçambique faz parte.



O objeto de estudo do presente TII são as Forças do Exército moçambicano para Operações de Apoio à Paz. Assim, pretende-se identificar contributos, que permitam a adoção de um processo de planeamento de forças sistemático, coerente e equilibrado; tendo em atenção a satisfação dos compromissos internacionais; mantendo a flexibilidade suficiente para a adaptação às alterações ditadas pela conjuntura estratégica do momento; e garantir a consistência mínima necessária à tomada de decisões, [...] visando o permanente alinhamento das forças militares com os objetivos nacionais (Ribeiro, 2007, p. 15).

A delimitação do tema terá lugar em três domínios distintos: tempo, espaço e conteúdo (Santos & Lima, 2019, p. 42). O domínio do tempo será de 2006 até à atualidade, tendo em conta que foi em 2006 o último ano que Moçambique disponibilizou Forças (contingente) para participar de OAP em território estrangeiro.

No domínio do espaço será delimitado pelo Espaço Estratégico de Interesse Nacional Conjuntural, consagrado no Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) moçambicano (Resolução n.º 42/2006, de 26 de dezembro), como “o espaço que decorre da avaliação da conjuntura internacional e da definição da capacidade nacional, tendo em conta as prioridades da política externa e de defesa, os atores em presença e das diversas organizações em que Moçambique é parte”.

Neste sentido, foram convencionadas como áreas prioritárias com interesse relevante para a definição do espaço estratégico de interesse nacional conjuntural, o espaço geográfico da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e os espaços geográficos dos países em que existem comunidades de emigrantes moçambicanos (Resolução n.º 42/2006).

No que concerne ao domínio do conteúdo, a investigação centra-se no planeamento, geração e emprego operacional de Forças e na identificação de capacidades militares, que potenciem contributos que permitam às FADM e em particular ao Exército participar em OAP da ONU. Relativamente às componentes de capacidades na dimensão interna, o trabalho está limitado aos indicadores de doutrina, treino, material e equipamento.

Tendo em conta o objeto de estudo e a delimitação da investigação foram definidos um Objetivo Geral (OG) e dois Objetivos Específicos (OE), nomeadamente: OG - Propor contributos que potenciem a relevância estratégica de emprego de Forças do Exército moçambicano em OAP; OE1 - Selecionar requisitos ajustados ao Exército moçambicano destinados a torná-los projetáveis e sustentáveis no contexto das OAP; OE2 - Analisar o conceito de emprego de Forças do Exército moçambicano em OAP.



Tendo em conta os objetivos anteriormente expostos, foram definidas uma Questão Central (QC) e duas Questões Derivadas (QD), sendo: QC - Que contributos permitem potenciar a relevância estratégica de emprego de Forças do Exército moçambicano em OAP? QD1: Quais os requisitos necessários para o emprego de Forças do Exército moçambicano em OAP?; QD2 - Como está conceptualizado o emprego de Forças do Exército moçambicano?

O TII segue a estrutura tipo e conteúdo para os trabalhos de investigação em formato de artigo científico (Santos & Lima, 2019) e estará organizado em três capítulos, para além da introdução e das conclusões.

No segundo capítulo, o do enquadramento teórico e conceptual, apresenta-se a informação resultante da revisão da literatura e um quadro teórico de referência com o objetivo de contextualizar o tema, assim como, o modelo de análise. No terceiro capítulo, é descrita a metodologia e métodos empregues.

No quarto capítulo, será feita a apresentação de dados e discussão dos resultados, para responder às QD e QC, para que permitam traçar linhas de ação estratégicas para o emprego de Forças do Exército moçambicano em OAP.

Nas conclusões, apresentam-se de forma sintética os resultados obtidos na investigação, indicando os contributos para o conhecimento no que concerne ao objeto de estudo e igualmente as limitações, recomendações e eventuais sugestões para pesquisas futuras.



2. Enquadramento teórico e conceptual

O presente TII está inscrito no Centro de Investigação e Desenvolvimento do Instituto Universitário Militar, inserido no domínio das Ciências Militares na Área de Ensino de Operações Militares e focado na subárea de Planeamento Operacional.

Este capítulo resulta do processo de revisão de literatura onde o estudo se insere, arrolando conceitos estruturantes para a contextualização da temática, bem como conhecimentos e análises de alguns trabalhos relacionados com o tema de estudo, que auxiliam a uma melhor compreensão da temática. Por último é apresentado o modelo de análise.

2.1 Revisão da literatura

Segundo a Carta das Nações Unidas, no n.º 1 do art.º n.º 1 do Capítulo I (Aviso n.º 66/91, de 22 de maio) é referido que:

“Os objetivos das Nações Unidas são manter a paz e a segurança internacionais e para esse fim, tomar medidas coletivas eficazes para prevenir e afastar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão, ou outra qualquer rutura da paz e chegar, por meios pacíficos, e em conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajustamento ou solução das controvérsias”.

Deste modo, com vista a tomada de medidas eficazes para prevenir e afastar ameaças à paz, torna-se imperioso para o Exército moçambicano, a criação de capacidades militares internas, devendo as ações centrar-se na formação de pessoal qualificado e na aquisição de meios adequados, com o intuito de fomentar a paz e coesão internacionais.

Assim, Talambas (2020), na temática sobre a “Proposta de um Modelo para a Geração de Forças nas Forças Armadas”, analisou o modelo de planeamento e geração de Forças, para detetar eventuais lacunas e disfunções, e propor contributos para a otimização de um modelo de geração de forças, que assegurem o cumprimento dos compromissos internacionais.

Já Torres (2022), sobre a temática “Emprego de Forças em Operações de Apoio à Paz: Desafios e Oportunidades de Capacitação”, apresentou as principais linhas de ação estratégicas, para acelerar a edificação de Forças e Meios Terrestres a empregar em OAP.

Para auxiliar a compreensão da temática do emprego de Forças do Exército moçambicano em OAP, apresenta-se no presente capítulo uma síntese dos conceitos estruturantes e um corpo de conceitos no Apêndice A.



Importa para o estudo, definir previamente o conceito de estratégia, que segundo Sousa (2005, p. 81), é “a arte de controlar e utilizar os recursos de um país, ou de uma coligação, inclusive as suas Forças Armadas, a fim de promover e assegurar efetivamente os seus interesses vitais contra os seus inimigos atuais, potenciais, ou apenas supostos”.

Segundo Liotta & Lloyd (2005, p. 122) “estratégia, em resumo, é a aplicação dos meios disponíveis para assegurar os fins desejados”.

2.1.1 Planeamento operacional

Definiu-se como estruturante, o conceito de Planeamento Operacional, que segundo Garcia (2005), é “um instrumento que se destina a garantir o planeamento militar atempado, tendo em vista o emprego das Forças Armadas, em cenários possíveis de atuação, fazendo face a ameaças ou atos de agressão contra os interesses nacionais. Possibilita ainda que o país esteja preparado para enfrentar «situações de crise», em ambiente de «não guerra» fora do território nacional, [...] assim a finalidade do Processo de Planeamento Operacional é elaborar planos para o cumprimento de missões atribuídas, no sentido de alcançar objetivos políticos, estratégicos ou operacionais”.

Ainda relativamente ao Planeamento, importa fazer referência ao n.º 1 e 2 do art.º 63.º da Lei da Defesa Nacional e das FADM (LDNFADM) (Lei n.º 18/2019, de 24 de setembro), no concernente a Programação Militar estabelece:

“As despesas militares a serem efetuadas pelo Estado no reequipamento das Forças Armadas de Defesa de Moçambique e nas infraestruturas de defesa são objeto de planificação a médio prazo consignados em leis de programação militar; A proposta de orçamento do Ministério da Defesa Nacional, na parte relativa ao equipamento das Forças Armadas de Defesa de Moçambique e às infraestruturas de defesa inclui obrigatoriamente o estabelecido para o ano em causa na lei de programação militar em vigor”.

Contudo, importa para o estudo referir que as FADM ainda não dispõem de um Conceito Estratégico Militar (CEM), um Sistema de Forças Nacional (SFN) e nem de uma Lei de Programação Militar (LPM), tal como está edificado em Portugal.

2.1.2 Forças e meios disponíveis

A Visão Estratégica Militar 2022/2034, para as Forças Armadas portuguesas (EMGFA, 2022), concernente à capacitação para operações no domínio terrestre, refere que “o ambiente operacional futuro sugere forças terrestres dotadas de capacidades militares



estrategicamente relevantes, quantitativa e qualitativamente, providas de superioridade tecnológica e de interoperabilidade ao nível do multi-domínio”.

Nesse âmbito, definiu-se como conceito estruturante o de Forças e Meios Disponíveis, que consiste na “agregação de pessoal militar, de meios operacionais, de sistemas de armas, de equipamentos militares e do apoio necessário, ou de uma combinação daqueles elementos” (EMGFA, 2020, cit. por Torres, 2022, p. 10).

2.1.3 Capacidades militares

De acordo com o Conceito Estratégico Militar (MDN, 2014, p. 38) português, capacidades militares são um “conjunto de elementos que se articulam de forma harmoniosa e complementar e que contribuem para a realização de um conjunto de tarefas operacionais ou efeito que é necessário atingir, englobando componentes de doutrina, organização, treino, material, liderança, pessoal, infraestruturas e interoperabilidade, entre outras”, conforme apresentado no Apêndice B.

2.1.4 Operações de apoio à paz

Segundo Viana (2002, p. 115), as operações de apoio à Paz “são todas as atividades empreendidas sob a égide das Nações Unidas ou outras organizações regionais (nos termos do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas) com a finalidade de manter, garantir e restaurar a paz e segurança internacionais”.

Contudo, para o estudo adotou-se a definição do PDE 3-65-00 (2011) (MDN, 2011, pp. 1-1), que refere que as OAP¹ são “operações multifuncionais conduzidas imparcialmente, normalmente em apoio de uma organização internacionalmente reconhecida, como as Nações Unidas [...], envolvendo forças militares, agências diplomáticas e humanitárias. São designadas para se alcançar um acordo político de longo prazo ou outras condições específicas”.

Importa para o estudo referir que é uma das atribuições e competências do Ministério da Defesa Nacional (Decreto Presidencial n.º 4/2003, de 3 de dezembro), “estudar e propor a participação das Forças Armadas em missões de operações de paz e outros compromissos internacionais”.

Nestes termos e de acordo com a LDNFADM art.º 26.º (Lei n.º 18/2019), “é da competência do Presidente da República sob proposta do Governo, ouvido o Conselho Nacional de Defesa e Segurança, a decisão sobre a participação das FADM em missões do

¹ As OAP incluem a Consolidação da Paz, a Manutenção de Paz, a Imposição de Paz, a Prevenção de Conflitos, o Restabelecimento da Paz e as Operações Humanitárias (MDN, 2011, pp. 1-1).



âmbito das Nações Unidas ou integradas em organizações regionais de segurança, quer em operações de paz, ajuda humanitária ou outras”.

2.2 Modelo de análise

O modelo de análise da investigação (Quadro 1) tem por base os conceitos estruturantes de Planeamento Operacional e de Capacidades Militares para a edificação de Forças e Meios do Exército moçambicano para as OAP.

Abordam-se as dimensões externa e interna para a geração e emprego de Forças e Meios em OAP da ONU, como refere Ribeiro (2009, p. 190), à medida que se consideram os desafios do ambiente externo (oportunidades e ameaças); fundamenta-se ou desenvolve-se os recursos e as capacidades nacionais, edificando ou explorando as sinergias internas (potencialidades) e colmatando as deficiências do potencial nacional (vulnerabilidades).

No modelo estão, ainda, incluídos os critérios de avaliação, da Adequabilidade, da Exequibilidade e da Aceitabilidade, que são designados por Ribeiro (2009, p. 190) como “provas da estratégia”: (i) Adequabilidade, “centrada na observância do princípio do objetivo, isto é, na seleção e fidelidade a objetivos cuja materialização favoreça mais o interesse nacional” (Riberio, 2009, p. 192); (ii) Exequibilidade, “associada à avaliação dos recursos e capacidades estratégicas necessárias à operacionalização da modalidade de ação, e à identificação das deficiências que necessitam de ser colmatadas, de forma a garantir o sucesso”, ou seja, na “disponibilidade de recursos para empreender e sustentar as ações que permitam alcançar ou preservar os objetivos” (Riberio, 2009, pp. 192-193); (iii) Aceitabilidade, que está “estruturada sobre três requisitos fundamentais e igualmente relevantes: a consistência entre os objetivos fixados; a atratividade em termos de benefícios de local e de tempo de materialização previstos e aceites; o tipo e a importância dos riscos decorrentes da materialização avaliada pela análise do risco”, em suma a “aceitabilidade está centrada na observância do princípio da liberdade de ação, isto, é, em assegurar o controlo dos fatores que apoiam a ação” (Riberio, 2009, pp. 194 - 195).



Quadro 1 – Modelo de análise

Tema	O papel do Exército moçambicano nas operações e missões de paz da organização das Nações Unidas					
Objeto de Estudo	As Forças do Exército moçambicano para operações de apoio a paz					
Objetivo Geral	Propor contributos que potenciem a relevância estratégica de emprego de Forças do Exército moçambicano em OAP					
Questão Central	Que contributos permitem potenciar a relevância estratégica de emprego de Forças do Exército moçambicano em OAP					
Objetivos Específicos (OE)	Questões Derivadas (QD)	Conceito Estruturante	Dimensões	Indicadores	Instrumentos de recolha de dados	Crítérios de Avaliação
OE1: Selecionar requisitos ajustados ao Exército moçambicano destinados a torná-los projetáveis e sustentáveis no contexto das OAP.	QD1: Quais os requisitos necessários para o emprego de Forças do Exército moçambicano em OAP?	Planeamento Operacional Operações de Apoio a Paz Forças e Meios Disponíveis	Externa	Componente operacional Componente financeira	Análise documental Entrevistas semiestruturadas	Adequabilidade Exequibilidade Aceitabilidade
OE2: Analisar o conceito de emprego de Forças do Exército moçambicano em OAP.	QD2: Como está conceptualizado o emprego de Foças do Exército moçambicano em OAP?	Capacidades Militares	Interna	Organizações internacionais Componentes de capacidades: • Doutrina • Material/equipamento • Treino		



3. Metodologia e método

No presente capítulo descreve-se a metodologia e o método seguidos na investigação segundo o estabelecido nas normas em vigor no Instituto Universitário Militar (IUM).

3.1 Resumo da metodologia

A metodologia de investigação deste estudo segue as orientações previstas no IUM para a elaboração de trabalhos de investigação, designadamente as Normas de Execução Permanente (NEP/INV-001(A1), 2020) e (NEP/INV-003(A3), 2020), as normas de autor no IUM (Fachada, Ranhola, Marreiros, & Santos, 2020) e as orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação (Santos & Lima, 2019). Para a referenciação bibliográfica adota-se as normas preconizadas pela *American Psychological Association* (APA, 2013), sexta edição.

Adotou-se o processo de raciocínio indutivo, que segundo Santos e Lima (2019, p. 18) “corresponde a uma operação mental que tem como ponto de partida a observação de factos particulares para, através da sua associação, estabelecer generalizações que permitam formular uma lei ou teoria”.

A estratégia de investigação formulada foi qualitativa, pois em vez da medição do fenómeno, o seu objetivo é alcançar um entendimento mais profundo e subjetivo do objeto de estudo, sem se preocupar com medições e análises estatísticas (Vilelas, 2009, cit. por Santos & Lima, 2019, p. 27).

O tipo de desenho de pesquisa adotado foi o estudo de caso, que consiste num procedimento metodológico onde se procura recolher informação sobre os contributos para o emprego do Exército Moçambicano em OAP, através dos quais se busca descrever de forma rigorosa a unidade de observação e compreender o fenómeno a estudar (Santos & Lima, 2019).

3.2 Método

O percurso metodológico deste estudo segue o instituído pelo IUM e foram consideradas duas fases da investigação: primeira fase (exploratória) e segunda fase (analítica e conclusiva), como se ilustra na Figura 1.

3.2.1 Participantes e procedimentos

A fase exploratória iniciou-se após a escolha e atribuição do tema, com a revisão da literatura e análise de estudos realizados sobre a temática. Complementarmente foram selecionados para entrevistas exploratórias e semiestruturadas entidades e especialistas



(Apêndice C) com conhecimento e responsabilidades nos domínios de Planeamento Operacional e do Emprego de Forças.

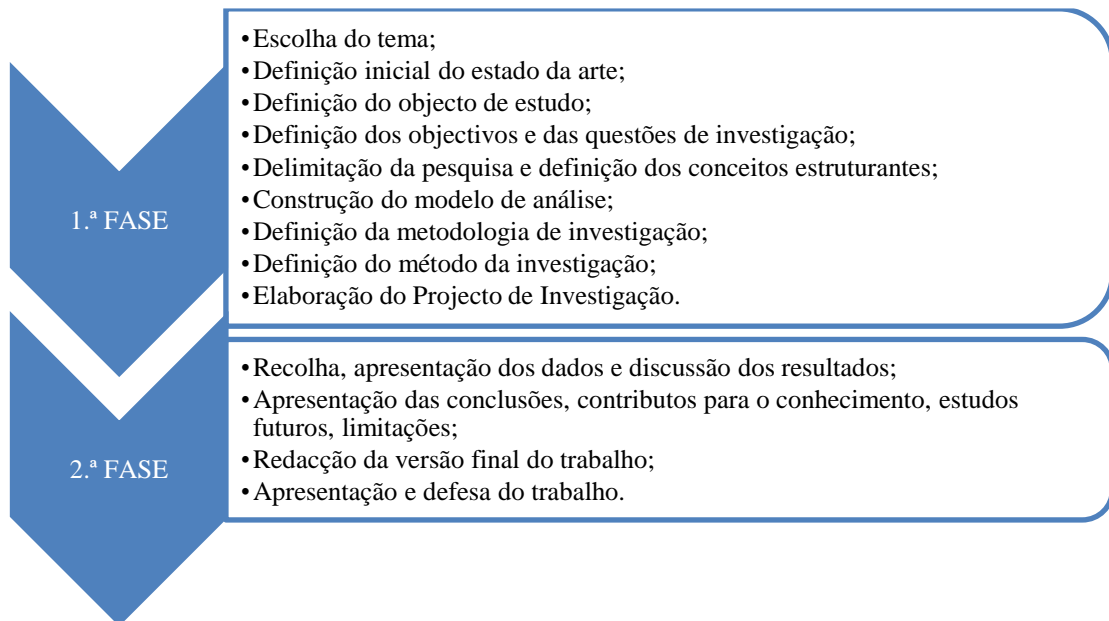


Figura 1 – Percorso metodológico
Fonte: Adaptado de NEP/INV-001(A1) (2020).

3.2.2 Instrumentos de recolha de dados

Numa fase inicial, a informação relevante para a elaboração deste TII foi obtida através da revisão da literatura existente sobre o tema. A análise documental foi assente nos documentos oficiais das FADM e da ONU, focado nas necessidades de edificação e de emprego de Forças e Meios em OAP, bem como em publicações, artigos de opinião de especialistas e artigos científicos.

3.2.3 Técnicas de tratamento de dados

Na fase de análise, os dados recolhidos foram tratados de uma forma indutiva, que compreendeu a transcrição e leitura das entrevistas semiestruturadas, execução de uma sinopse, análise descritiva e interpretativa dos resultados. (Santos & Lima, 2019).



4. Enquadramento teórico e conceptual

Neste capítulo apresenta-se a análise documental e a discussão dos resultados das entrevistas de forma a responder às QD e à QC, observando o ambiente externo, relativamente às linhas de ação da ONU para a geração de forças a empregar em OAP e o ambiente interno, caracterizado pela tipologia de forças existentes e necessárias às OAP.

4.1 O ambiente externo – necessidades recorrentes para operações de apoio à paz

Neste subcapítulo, de análise do ambiente externo, procura-se apresentar as principais linhas de ação da ONU para a geração de forças e capacidades necessárias às OAP.

As operações de paz nas últimas duas décadas surgem num contexto de intensa mobilização da comunidade internacional para conter as crises e conflitos regionais, focos de instabilidade e novas ameaças de alcance global (Moreira, 2010).

A ONU, empenha atualmente 66.839 militares e polícias, em 11 missões de manutenção de paz distribuídas pelos continentes africano, asiático e europeu, com um total de 121 países que contribuem com pessoal uniformizado e um orçamento aprovado de 6.3 bilhões de dólares americanos (ONU, 2023a). Esta expressão numérica, revela a proporção do desafio que se coloca à ONU, para gerar constantemente forças e capacidades militares necessárias para as OAP, associados aos desafios atuais dos ambientes operacionais difíceis e em constante transformação.

4.1.1 Componente operacional

Tendo em conta a rápida evolução dos ambientes operacionais, os Estados-Membros da ONU e três organizações internacionais (União Europeia, Organização do Tratado do Atlântico Norte e a Organização Internacional da Francofonia), sentados na Reunião Ministerial de Manutenção da Paz de 2023 realizada em Acra, Gana, de 5 a 6 de dezembro de 2023, expressaram o seu compromisso coletivo e apoio político às OAP, relativo as seguintes questões: a geração de capacidades especializadas e de alto desempenho para atender às necessidades da ONU; novas ou ampliadas parcerias sustentáveis de capacitação, treino e equipamento em áreas-chave (ONU, 2024a).

Nesse contexto, é de referir que em julho de 2015, a ONU introduziu a ferramenta de planeamento de forças denominada por *Peacekeeping Capability Readiness System* (PCRS), sendo o seu principal objetivo assegurar a prontidão, a preparação e o destacamento atempado de capacidades para as missões no terreno (ONU, 2023b).



Deve igualmente, permitir uma maior previsibilidade, normalização e eficiência na gestão das forças, visto que esta ferramenta estabelece orientações, critérios e procedimentos, claramente definidos, de registo e verificação a seguir pelos Estados-Membros e pelo Secretariado das Nações Unidas (ONU, 2023b).

Neste sentido, e de acordo com Torres (2022, p. 16):

“Esta ferramenta de planeamento, categoriza fiabilidade e prontidão, em quatro níveis distintos: um primeiro nível, de capacidades que foram totalmente aceites e registadas no PCRS; um segundo nível, para unidades consideradas no nível anterior, com visitas de avaliação e aconselhamento bem-sucedidas e, em condições de serem destacadas; um terceiro nível, para unidades do nível anterior, que têm o seu pessoal e equipamento, alinhados com uma estrutura tipificada para um requisito militar específico ou genérico (*Statement of Unit Requirement*) da ONU. E por fim, o nível de projeção rápida (*Rapid Deployment Level*), em que uma unidade foi considerada estar pronta para ser destacada, para qualquer OAP, em 60 dias, após um convite formal.”

Desta forma, para atender à recorrente necessidade em garantir a disponibilidade de forças e meios indispensáveis para as OAP, a ONU através do Departamento de Operações de Paz, lança trimestralmente o relatório *Current and Emerging Uniformed Capability Requirements for United Nations Peacekeeping*, que é um documento informativo, essencial para orientar as contribuições dos Estados-Membros para às OAP da ONU, descrevendo as capacidades necessárias em termos de pessoal, equipamento e treino, para que as operações e missões sejam eficazes no cumprimento dos mandatos (ONU, 2024b).

Assim, é possível observar no Quadro 4, em Apêndice D, nos 11 momentos de análise, de 2021 a 2023, a incapacidade da ONU em colmatar as necessidades de forças e meios da seguinte tipologia: unidades de helicópteros de ataque, unidades de helicópteros armados de ataque médios, unidades de helicópteros utilitários médios e unidades de helicópteros armados utilitários médios com a persistência de 100%; *Unmanned Aircraft System* (UAS) ou *Intelligence Surveillance & Reconnaissance* (ISR) com a persistência de 63%; Companhia do tipo *Quick Reaction Force* (QRF) com a persistência também de 63% e Batalhões de Infantaria com a persistência de 36%, razão pela qual estas capacidades militares e tipologia de forças estarem constantemente a ser solicitadas.



4.1.2 Componente financeira

A participação de contingentes em OAP tem um retorno financeiro, designado por reembolso e é regulamentado pelo Manual do *Contigent-Owned Equipment* (COE), cujo principal objetivo é reduzir a carga administrativa sobre o Secretariado, os Estados-Membros e as missões de paz, através da padronização das taxas de reembolso em bases equitativas e aplicação de normas comuns aos equipamentos e serviços fornecidos (ONU, 2020).

Assim, o Manual do COE desempenha um papel fundamental na garantia da transparência, responsabilidade e eficiência na gestão de recursos e equipamentos em OAP da ONU, nas áreas de: prestação de contas, eficiência na gestão de recursos, redução de riscos de fraude e abusos, incentivo à contribuição de equipamentos de qualidade e garantia da manutenção e disponibilidade de equipamentos (ONU, 2024d).

Segundo Torres (2022, p. 17), neste processo assume particular importância, o *Memorandum of Understanding* (MOU), acordo em que se configuram relações contratuais negociadas entre a ONU e o Estado-Membro, onde se estabelecem as condições e responsabilidades das partes e, são específicas para uma determinada missão.

Este acordo entre a ONU e um Estado-Membro, assenta no estabelecimento dos termos e condições administrativas, logísticas e financeiras para reger a contribuição em pessoal, equipamento e serviços prestados em apoio a uma operação de paz (ONU, 2024c).

Nesse contexto, apresenta-se no Quadro 3, um exemplo de possíveis valores de reembolso anuais, para uma Companhia QRF, tendo em conta o efetivo de 200 militares, de acordo com o *Generic Statement of Unit Requirements for Quick Reaction Force Company* (ONU, 2023c). Assim, alude-se sinteticamente à componente do pessoal considerando o valor nominal por militar por mês de 1.410,00 USD e de material tendo como referência o Anexo A (*Major Equipment*) do capítulo 8 do MOU (ONU, 2024c).

Quadro 2 – Estimativa de reembolso de uma Companhia de QRF

Un	Requisitos	Reembolso anual
		MOU
QRF	200 militares	12meses x 200 x 1.410 USD
	Comando e Estado-maior - 3 viaturas blindadas de transporte de pessoal (VBTP) 3 Pelotões motorizados - 12 VBTP	12meses x 15 x 3.993 USD
	Total	4.102,740 USD

Fonte: Adaptado a partir de ONU (2024c).



Atendendo ao valor anual estimado, suscetível de reembolso, para uma Companhia QRF, de mais de quatro milhões de dólares e centrando a apreciação numa perspetiva financeira da capacidade militar, torna-se possível concluir, na melhor das hipóteses, que o investimento na participação em OAP da ONU, poderia ser recuperado financeiramente, tanto para a sustentação das Forças como para aplicação em outras capacidades militares.

Importa também evidenciar, quanto à formação e reforço das capacidades, a ONU faz alusão para a constante necessidade de formação dos militares nos seguintes vetores: disponibilização de infraestruturas de acolhimento para atividades de formação; nomeação de peritos em matéria de formação para desenvolver e atualizar os conceitos de formação; seleção de candidatos para programas de formação de formadores; disponibilização de tradutores para tradução de manuais de treino; disponibilização de formadores para programas de formação de formadores liderados pela Nações Unidas; e apoiar na divulgação de novos materiais de formação na luta contra atividades de desinformação e informação falsa dos mandatos da ONU (ONU, 2024a).

4.1.3 Síntese conclusiva

Face ao exposto e em resposta à QD1 - *Quais os requisitos necessários para o emprego de Forças do Exército moçambicano em OAP?* Conclui-se que o cenário operacional, cada vez mais instável em muitas das missões da ONU, exige capacidades militares específicas para dar uma resposta rápida e eficaz às ameaças, com o intuito de garantir a integridade das forças empenhadas.

O PCRS é uma ferramenta de excelência, que enfatiza a importância da necessidade de uniformização de procedimentos, para executar a geração de capacidades militares especializadas de alto desempenho e de treino de Forças para as OAP da ONU, aptas e adaptáveis às novas exigências do ambiente operacional, caracterizado por cenários operacionais complexos.

Da análise da componente operacional e do exposto no Quadro 5 em Apêndice E, é possível perceber como ameaças ao emprego de forças e meios em OAP da ONU, as seguintes: incapacidade em gerar capacidades especializadas e de alto desempenho para OAP; incapacidade de criar parcerias sustentáveis de capacitação, treino e equipamento em áreas-chave, destacando-se a Companhia de QRF e unidades de UAS.

Da análise da componente financeira e observando os requisitos atuais e emergentes de capacidades é possível identificar como oportunidades, as seguintes: executar a geração de capacidades militares e de treino de Forças para as OAP da ONU, tais como companhia



de QRF e unidades de UAS; garantir a sustentabilidade das Forças e a edificação de capacidades internas através da política de ressarcimento.

4.2 O ambiente interno – forças e meios do Exército moçambicano para operações de apoio à paz da Organização das Nações Unidas

Neste subcapítulo, de análise do ambiente interno, procura-se apresentar as potencialidades e vulnerabilidades de emprego do Exército moçambicano em OAP da ONU, tendo em conta o desenvolvimento de capacidades militares nas componentes de doutrina, material e treino.

4.2.1 Organizações internacionais

A Política Externa da República de Moçambique (Resolução n.º 32/2010, de 30 de agosto), aponta que Moçambique atribui grande importância ao Sistema das Nações Unidas como fórum privilegiado do multilateralismo e dentro deste espírito, Moçambique participa ativamente nos trabalhos de cooperação multilateral no quadro da ONU.

Desta forma, para Moçambique incrementar a sua relevância estratégica deve contribuir para a manutenção da paz e segurança internacional, o fortalecimento da democracia, e a busca coletiva de mecanismos favoráveis ao incremento da cooperação para o desenvolvimento em prol do progresso e do bem-estar dos povos de todo o mundo (Resolução n.º 32/2010).

Nestes termos, é de referir que Moçambique teve a sua primeira participação em OAP de 1999 a 2002, na UNTAET, com um contingente de Polícia Militar, com um efetivo de 20 homens e sete observadores militares (ONU, 2023). No período de 2003 a 2006, participou com um contingente militar de cerca de 779 militares, na MIAB (cerca de 409 militares), e que depois se converteu na ONUB (cerca de 360 militares) (Chume, 2021).

Esta experiência desenvolveu-se de forma continuada com a presença de Observadores Militares e Oficiais do Estado-Maior distribuídos pelas seguintes missões: MONUC e MONUSCO (Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo); UNMISS (Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul) e UNISFA (Missão das Nações Unidas em Abyei - Sudão do Sul); MIAB e ONUB (Burundi); UNAMID (Missão das Nações Unidas e União Africana em Darfur - Sudão) e AMIS (Missão da União Africana no Sudão); MIOC I, MIOC II e MIOC III (Missão de Observação da União Africana nas Ilhas Comores) e CHMT (Equipa de Monitoramento da Cessação das Hostilidades - Uganda) (Chume, 2021).



4.2.2 Componente doutrina

Com a independência de Moçambique em 1975, e devido à situação geopolítica, houve a necessidade de reorganizar o exército guerrilheiro da Frelimo - Forças Populares de Libertação de Moçambique - em forças regulares, para responder às ameaças à segurança nacional, à integridade territorial e à estabilidade política de Moçambique (Milhazes, 2007, cit. por Saranga, 2011, p. 10). Portanto, surgiu a necessidade de adaptar as técnicas, táticas e procedimentos de guerrilha para uma doutrina militar de Forças Armadas convencionais.

Nesse contexto, o Governo moçambicano solicitou apoio à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, em 1976, para a criação das novas Forças Armadas moçambicanas (Saranga, 2011, p. 10). Assim, é de referir que a doutrina militar moçambicana enraizada na cultura militar, assenta fundamentalmente na doutrina do ex-pacto de Varsóvia.

Entretanto, devido à localização geográfica de Moçambique e dos acordos de formação assinados com parceiros de cooperação militar, presentemente têm-se vindo a ministrar cursos que tem por base a doutrina existente na União Europeia, como é o caso da Missão de Formação Militar da União Europeia em Moçambique (EUTM-MOZ).

De acordo com a Estrutura Orgânica das FADM (Decreto n.º 71/2016, de 2 de setembro), como se ilustra na Figura 2, o Estado-Maior do Ramo do Exército é composto pelas seguintes repartições: operações, educação cívica e patriótica, pessoal, informações militares, reconhecimento, artilharia terrestre, artilharia antiaérea, engenharia e defesa química, comunicações, logística, finanças e saúde militar.

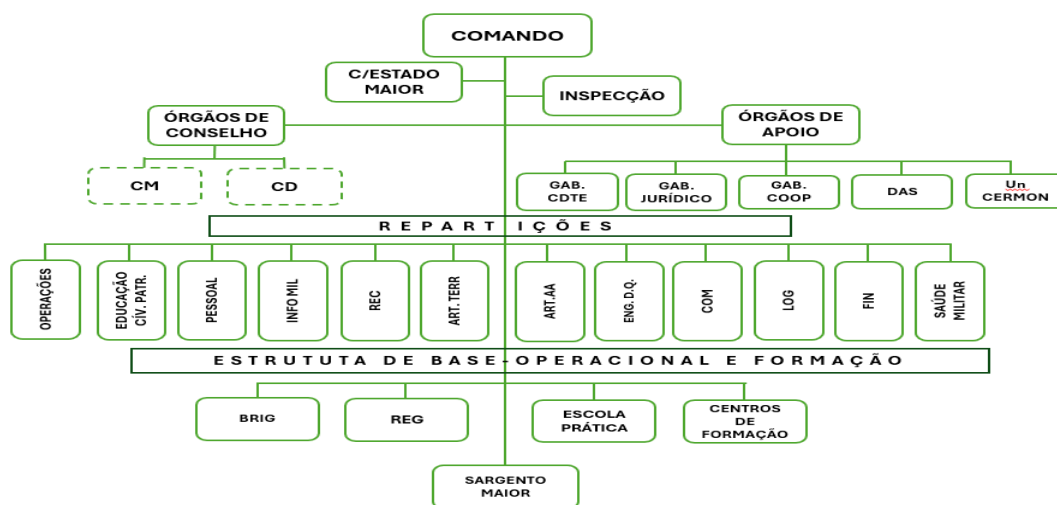


Figura 2 – Organograma do Exército
Fonte: Adaptado a partir de Decreto n.º 71/2016.



Segundo a leitura estrita do Decreto acima referido, observa-se que não existe um órgão responsável pela Doutrina e Treino do Exército moçambicano, o que de certa forma constitui-se como uma vulnerabilidade, principalmente se a intenção superior for a de participar com forças em OAP da ONU.

4.2.3 Componente material e equipamento

No decurso da independência de Moçambique, foi assinado um acordo de cooperação militar entre Moçambique e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que permitiu equipar cinco Brigadas com carros de combate e artilharia pesada, bem como, formar pilotos de caças, de tripulações de aviões de transportes, de helicópteros Mi-8 e pessoal técnico (Saranga, 2011, p. 11).

Face ao exposto, é de referir que a maioria do material e equipamento das FADM é de origem dos países que pertenciam ao ex-pacto de Varsóvia, conforme a conjuntura vivida na altura, e conseqüentemente encontram-se em obsolescência, devido à sua idade e à falta de manutenção, constituindo-se como uma vulnerabilidade.

Outrossim, é a pluralidade de meios existentes presentemente no Exército moçambicano, o que levanta problemas significativos de sustentação logística, o que de certa forma dificulta a edificação de capacidades militares. Esta realidade, resulta da falta de aprovação de documentos estruturantes como o CEM e SFN, bem como das limitações do orçamento de Estado e das prioridades de investimento do país.

Entretanto, importa para o estudo, fazer referência ao plasmado no CEDN moçambicano, o qual refere que Moçambique deve “constituir um Sistema de Forças e o respetivo Dispositivo que, de acordo com os recursos financeiros disponíveis e os objetivos estabelecidos na Política de Defesa Nacional assegurem as capacidades necessárias para [...] colaborar em missões de apoio à paz nos termos solicitados pelas organizações internacionais e devidamente autorizadas pelos órgãos competentes nacionais” (Resolução n.º 42/2006).

4.2.4 Componente treino

Após a participação do contingente militar moçambicano no Burundi, as FADM criaram sob a égide da ONU, o Centro de Formação de Operações de Apoio a Paz (CFOAP), inserido na Estrutura Orgânica do Exército, com o objetivo de formar e treinar militares em matérias relativas às OAP, sendo atualmente a principal ambição, torná-lo num Centro Regional de Excelência (Chume, 2021).



Relativamente ao treino, é de referir que às FADM têm participado nos exercícios da série “FELINO”, que são exercícios militares conjuntos e combinados entre as Forças Armadas dos Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que têm como objetivo central a preparação de um Estado-Maior de uma Força Tarefa Conjunta e Combinada, no âmbito da CPLP, para atingir, manter e otimizar a capacidade de participar em missões de Apoio à Paz e de Assistência Humanitária, aos níveis operacional e tático, sob a égide da ONU (MDN, 2024).

Concorrentemente, o Exército moçambicano participa nos exercícios militares conjuntos e combinados entre as Forças Armadas dos Estados-Membros da SADC, que visam testar a prontidão e capacidade de desdobramento rápido a potenciais cenários de intervenção a nível do continente africano, desenvolver a capacidade operacional da Força Africana em Alerta (ASF) e atingir a interoperabilidade e proficiência das forças, sendo que o último exercício foi realizado em 2015 na África do Sul (UA, 2018).

A ASF foi estabelecida como um mecanismo multidisciplinar de prontidão, com componentes civis, policiais e militares, estacionadas em seus países de origem e prontas para serem rapidamente destacadas, mediante notificação apropriada, para atuar em cenários de crise e/ou conflito (UA, 2018), que deverá ser composta por cinco brigadas representando cada uma das regiões africanas, nomeadamente: SADC, Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento, Comunidade Económica dos Estados da África Central e outras organizações regionais (ORE, 2010, p. 145).

Segundo Bernardino (2008, p. 162), as “ASF foram criadas para desenvolver múltiplas missões, incluindo missões de monitorização e observação, projeção e pré-posicionamento preventivo de forças, missões de *peacebuilding*, operações de apoio à paz e intervenções militares convencionais”.

4.2.5 Forças de reação rápida treinadas no âmbito da missão de formação militar da União Europeia em Moçambique

De acordo com a Decisão da Política Externa e Segurança Comum (PESC) 2021/1143 do Conselho da União Europeia, de 12 de julho de 2021, foi aprovada a missão de formação militar em Moçambique (EUTM-MOZ), a fim de apoiar as FADM, a dar uma resposta mais eficiente e eficaz à crise em Cabo Delgado, na observância das disposições legais em matéria de direitos humanos e do direito internacional humanitário.



Segundo a Decisão (PESC) 2021/1143, o objetivo estratégico da EUTM-MOZ é de apoiar a criação de capacidade das unidades das FADM, selecionadas para constituir uma futura força de reação rápida, para que desenvolvam as capacidades necessárias e sustentáveis para restabelecer a segurança em Cabo Delgado.

Para o efeito, a missão contribui para apoiar o reforço das capacidades nas áreas de: formação militar, incluindo a preparação operacional; formação especializada, nomeadamente em matéria de luta contra o terrorismo; formação e educação sobre a proteção dos civis e o cumprimento da lei do direito internacional humanitário e da lei dos direitos humanos; e promoção da agenda «Mulheres, Paz e Segurança» (EUTM, 2022).

A EUTM-MOZ formou onze companhias, sendo cinco de fuzileiros navais da Marinha de Guerra no campo de treino da Katembe, em Maputo, e seis companhias de forças especiais do Exército no campo de treino de Dongo, em Chimoio. Para além das companhias QRF, são também formados os controladores aéreos táticos avançados da Força Aérea de Moçambique, em Mavalane, Maputo, que integrarão as QRF (Pereira, 2022).

O objetivo é assegurar que a formação seja tão eficiente e eficaz quanto possível, permitindo que as forças formadas pela EUTM-MOZ estejam plenamente operacionais e autossuficientes para o emprego no Teatro Operacional Norte, em Cabo Delgado, seguindo o princípio de “*integrated approach*”, ou seja, integrando a defesa, segurança e o desenvolvimento (Pereira, 2022).

Segundo L. Pires (entrevista presencial, 12 abril de 2024), “a formação segue o princípio de *train and equip*, isto é, a União Europeia disponibilizou financiamento para a aquisição de equipamento não letal para reforçar as capacidades militares das unidades moçambicanas treinadas pela EUTM-MOZ, permitindo assim que as QRF contribuam para uma paz efetiva, através da restauração da segurança das populações, garantindo o retorno das estruturas governamentais que prestam serviços em Cabo Delgado”.

A formação que tem por base o Sistema de Aprontamento de Forças do Exército português, que constitui-se como uma ferramenta facilitadora do planeamento, seguindo uma abordagem integradora dos processos de aprontamento, projeção, sustentação, retração e regeneração, que concorrem para garantir uma força pronta e certificada para o cumprimento de uma missão num determinado Teatro de Operações, sustentada numa coerência operacional e garantindo orientações e padrões vinculativos para o treino das tarefas essenciais ao cumprimento da missão atribuída (MDN, 2019).



4.2.6 Síntese conclusiva

Face ao exposto e em resposta à QD2 – *Como está conceptualizado o emprego das Forças do Exército moçambicano?* Conclui-se que o Exército moçambicano apresenta algumas vulnerabilidades ao nível da organização, doutrina e recursos para garantir a geração e disponibilização de forças para as OAP da ONU, bem como, para responder aos atuais desafios securitários nacionais.

Da análise do ambiente interno, é possível depreender que Moçambique dispõe de diversos dispositivos legais orientados para a consolidação da sua política externa como ator coprodutor de segurança credível e ativo, tanto a nível regional como internacional, aliado à sua experiência da participação em OAP e no combate ao terrorismo.

Desta feita, torna-se possível identificar como principais potencialidades: incrementar a relevância de Moçambique como coprodutor de paz e segurança; experiência em OAP e em combate.

A falta de um Órgão na Estrutura Orgânica do Exército, responsável pela elaboração, aprovação, aplicação e controlo da doutrina e do treino militar constitui-se como uma vulnerabilidade, principalmente se o objetivo primordial for dispor de Forças Armadas profissionalizadas e de elevada prontidão.

A pluralidade de meios existentes nas FADM, resultante da não aprovação do CEM e do SFN, a falta de financiamento e a dependência do orçamento geral do estado, fragiliza a edificação de capacidades militares em todas as suas componentes de desenvolvimento.

Assim, torna-se possível identificar como principais vulnerabilidades: a falta de uma doutrina nacional de emprego em OAP e recursos (humanos e materiais) limitados; limitações orçamentais e falta de financiamento.

Por outro lado, a criação da EUTM-MOZ, demonstra a preocupação de Moçambique e da União Europeia no combate ao terrorismo transnacional, bem como de edificação de capacidades militares críticas para subunidades de combate do Exército moçambicano.

Tratando-se da primeira missão de formação da União Europeia em Moçambique, com uma forte componente prática, procurando elevar a qualidade de formação ministrada às subunidades de forças especiais, com vista a incrementar os níveis de *performance* dos formandos é notório um aumento significativo do nível de prontidão operacional das companhias de QRF no terreno. Apesar da exiguidade de informação, torna-se possível verificar que esta tipologia de forças se aproxima em termos de organização, capacidades (meios) e treino, da tipologia de forças mais requeridas pela ONU.



4.3 Contributos para edificação de forças do Exército moçambicano a empregar em operações de apoio a paz

Neste subcapítulo, vão ser apresentadas as principais linhas de ação estratégica (LAE) para a geração de capacidades militares, com vista ao emprego de Forças do Exército moçambicano em OAP da ONU.

4.3.1 Linhas de ação

Segundo Ribeiro e Pinto (2022, p. 44), “depois de identificadas as oportunidades e as ameaças resultantes da análise ao ambiente externo, bem como as potencialidades e as vulnerabilidades provenientes da análise ao ambiente interno, recorre-se, normalmente, à técnica de mapeamento proporcionada pela matriz SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*)”.

Trata-se, portanto, de uma ferramenta analítica de apoio, que através da comparação entre o meio próprio e o meio envolvente propõe formas inovadoras de ação estratégica, tendo presente o cruzamento das oportunidades e ameaças resultantes da análise do ambiente externo, com as potencialidades e vulnerabilidades provenientes da análise do ambiente interno (Ribeiro & Pinto, 2022, pp. 44-46).

Desta forma, para uma melhor compreensão das linhas de ação, foram adotados os seguintes conceitos para a análise SWOT (Apêndice E): linhas de ação que tiram o máximo partido das potencialidades para aproveitar ao máximo as oportunidades detetadas; linhas de ação que tiram o máximo partido das potencialidades para minimizar o efeito das ameaças detetadas; linhas de ação que minimizam os efeitos negativos das vulnerabilidades e simultaneamente aproveitam as oportunidades emergentes e linhas de ação que minimizam ou ultrapassam as vulnerabilidades e, tanto quanto possível, fazem face às ameaças (Ribeiro, 2017, p. 34).

Do cruzamento do ambiente externo (oportunidades e ameaças) e do interno (potencialidades e vulnerabilidades), na matriz SWOT, foi possível identificar 16 linhas de ação, nomeadamente:

PO11 – Assegurar a geração e treino de Forças e Meios necessários para as OAP, como veículo de promoção da política externa moçambicana;

PO12 – Aplicar o retorno financeiro da ONU para garantir o emprego de Forças em OAP e criar capacidades militares internas;

PO21 – Criar um Sistema de Aprontamento de Forças do Exército, integrando os processos de aprontamento, projeção e retração;



PO22 – Aplicar o retorno financeiro da ONU na modernização do Exército;

VO11 – Criar um Órgão responsável pela elaboração e implementação de Doutrina de Emprego e incrementar as condições de aprontamento de Forças no CFOAP;

VO12 – Estimular o investimento genético e assegurar a sustentabilidade das Forças;

VO21 – Aumentar o Orçamento das FADM e aprovar a LPM para a criação de capacidades militares;

VO22 – Criar recursos financeiros alternativos para operacionalizar a edificação de capacidades militares;

PA11 – Reforçar a cooperação com a ONU para acelerar a geração de forças e meios necessários as OAP;

PA12 – Dinamizar as parcerias para a geração de Forças modernas e credíveis necessárias em OAP;

PA22 – Impulsionar o aperfeiçoamento de Forças em áreas-chave;

PA22 – Potenciar a participação de Forças em exercícios militares internacionais e regionais;

VA11 – Aprovar o CEM para impulsionar a criação de capacidades militares;

VA12 - Fomentar a elaboração de Doutrina Militar de Emprego de Forças através de parcerias;

VA21 – Fomentar o investimento na criação de infraestruturas e modernização das Forças e Meios;

VA22 – Reforçar a cooperação com parceiros internacionais para financiamento em áreas-chave.

4.3.2 Linhas de ação estratégica e objetivos estratégicos

As linhas de ação extraídas da matriz SWOT, submetidas às provas da estratégia, segundo os critérios de avaliação da adequabilidade, aceitabilidade e exequibilidade (Riberio, 2009), tem como produto final a elaboração da proposta das LAE.

Desta forma, e tendo em conta os critérios de avaliação, enquadrados nas provas da estratégia (Riberio, 2009), foram formuladas as seguintes questões (Apêndice F): Adequabilidade (militar) - Considera que a linha de ação proposta, pode produzir os resultados estratégicos desejados?; Exequibilidade (financeira) - Considera que a linha de ação proposta, pode ser executada com os recursos disponíveis?; e Aceitabilidade (política) - Considera que a linha de ação proposta, pode produzir os resultados esperados na política externa de moçambique? (Yarger, 2006, p. 71).



Para cada questão foi solicitada uma análise avaliativa, que reflete um juízo positivo, negativo ou neutro, em relação a determinado objeto e posteriormente avaliam o valor que o objeto tem para o entrevistado (Sarmiento, 2013, p. 57).

Assim e segundo Ribeiro e Pinto (2022, p. 46), cada uma destas formas de ação, a incluir na Diretiva Estratégica do Estado-Maior-General das Forças Armadas, permite extrair as grandes prioridades estratégicas para o mandato do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, traduzidas por objetivos estratégicos. Nesse contexto, as linhas de ação foram agrupadas e enquadradas em quatro objetivos estratégicos, que se consubstanciam nas principais linhas orientadoras.

4.3.3 Síntese conclusiva

Para o Exército moçambicano poder participar em OAP da ONU, existe a necessidade de edificação de diversas capacidades militares e de ajustamento de procedimentos relacionados com a organização, a formação e recursos disponíveis, de forma a cumprir com os requisitos operacionais padronizados na ONU, garantindo forças militares credíveis, capazes e de elevada prontidão.

Da análise SWOT foi possível identificar 16 linhas de ação necessárias para a geração de Forças do Exército moçambicano a empregar em OAP, e recorrendo ao método de entrevistas semiestruturadas de confirmação foi possível validar 14 linhas de ação estratégicas, agrupadas e enquadradas em objetivos estratégicos do Estado-Maior-General das FADM, pelo que estão reunidas às condições para responder à QC, cumprindo o OG, conforme exposto no Quadro 3.

Quadro 3 – Objetivos estratégicos e linhas de ação estratégicas

Nº	Objetivos Estratégicos	Linhas de Ação Estratégica
1	Impulsionar a relevância estratégica de moçambique	LAE 1 – Assegurar a geração e treino de Forças e Meios necessários para as OAP, como veículo de promoção da política externa moçambicana LAE 5 – Reforçar a cooperação com a ONU para acelerar a geração de forças e meios necessários as OAP
2	Garantir o desenvolvimento de capacidades	LAE 2 – Aplicar o retorno financeiro da ONU para garantir o emprego de forças em OAP e criar capacidades militares internas LAE 6 – Impulsionar o aperfeiçoamento de Forças em áreas-chave LAE 12 – Aprovar o CEM para impulsionar a criação de capacidades militares LAE 14 – Reforçar a cooperação com parceiros internacionais para financiamento em áreas-chave LAE 10 – Aumentar o Orçamento das FADM e aprovar a LPM para a criação de capacidades militares LAE 11 – Criar recursos financeiros alternativos para operacionalizar a edificação de capacidades militares



		LAE 3 – Criar um Sistema de Aprontamento de Forças do Exército, integrando os processos de Aprontamento, Projeção e Retração
3	Dinamizar o treino e capacitação	LAE 7 – Potenciar a participação de Forças em exercícios militares internacionais e regionais LAE 8 – Criar um Órgão responsável pela elaboração e implementação de Doutrina de Emprego e incrementar as condições de aprontamento de Forças no CFOAP
4	Garantir a manutenção e modernização dos meios	LAE 4 – Aplicar o retorno financeiro da ONU na modernização do Exército LAE 13 – Fomentar o investimento na criação de infraestruturas e modernização das Forças e Meios LAE 9 – Estimular o investimento genético e assegurar a sustentabilidade das Forças



5. Conclusões

A ONU tem como principal objetivo promover a cooperação internacional, a paz, o desenvolvimento económico e social, a proteção dos direitos humanos e a promoção da igualdade de género em todo mundo. Nesse contexto, Moçambique atribui grande importância a esta organização como fórum privilegiado do multilateralismo, participando ativamente dos esforços para a manutenção da paz internacional como coprodutor de segurança credível e ativo.

Neste sentido, o emprego de forças em operações de apoio à paz está alinhado com os objetivos políticos do Estado em relação ao uso do instrumento militar, tanto a nível bilateral como multinacional, constituindo-se como uma oportunidade significativa para Moçambique dinamizar a sua relevância estratégica através do emprego de Forças do Exército em operações de apoio à paz e de uma participação ativa como membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Este trabalho visou identificar contributos para a otimização da relevância estratégica do emprego de Forças do Exército moçambicano em operações de apoio à paz da ONU, através da identificação de linhas de ação estratégicas que permitam potenciar a edificação de capacidades militares para o emprego de Forças do Exército moçambicano.

O método usado no trabalho teve como base o raciocínio indutivo, seguindo uma metodologia de investigação qualitativa e um desenho de pesquisa de estudo de caso. O instrumento de recolha de dados utilizado foi a análise documental e entrevistas semiestruturadas. Como técnicas de tratamento de dados recorreu-se a análise de conteúdo e a análise SWOT, através do cruzamento das oportunidades e ameaças resultantes da análise do ambiente externo, com as potencialidades e vulnerabilidades da análise do ambiente interno.

Tendo em conta que as contribuições dos Estados-Membros para as operações de apoio à paz da ONU variam de acordo com a sua política externa, capacidades militares e comprometimento com questões internacionais, Moçambique pode potenciar a sua relevância estratégica, estando inicialmente envolvido em iniciativas regionais de segurança como as lideradas pela Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral ou da União Africana, e posteriormente da ONU.

Assim, o Exército moçambicano estaria a ajudar a promover a segurança regional e a estabilidade interna, reduzindo a propagação de conflitos, garantindo a segurança e estabilidade da região como um todo.



Desta forma, acredita-se que o Espaço Estratégico de Interesse Nacional Conjuntural, possa ser a região onde Moçambique poderia inicialmente afirmar-se como um ator ativo na promoção da paz e segurança internacional, tendo em conta a limitada capacidade de projeção e manutenção de Forças e meios devido a fatores de sustentação logística.

Portanto, a participação ativa em missões de paz regionais não apenas poderia demonstrar o comprometimento com a paz e segurança na região, mas também ajudaria a desenvolver e fortalecer parcerias estratégicas com outros países africanos. Assim, a participação em exercícios militares da União Africana e da CPLP, constituem um mecanismo decisivo para a edificação de capacidades militares internas com destaque para as componentes da doutrina, treino, material e equipamentos, não deixando de lado a interoperabilidade dos sistemas de armas.

Neste sentido, a doutrina militar, que ordena toda a integração entre a teoria e a prática, desde a organização, treino e emprego das Forças Armadas, até à definição das prioridades ao nível do sistema de forças nacional, armamento e equipamento, deve ser elaborada e traduzida em manuais e regulamentos, a serem permanentemente atualizados e adaptados tendo em conta a evolução da ciência militar, tipologia dos conflitos, natureza das ameaças e riscos, tecnologia e alterações do ambiente internacional, desempenha um contributo essencial para a edificação de capacidades militares internas das FADM.

Para tal, é importante a criação de um Departamento de Doutrina no Estado-Maior-General das FADM, responsável por criar um modelo organizacional para a produção e aprovação de doutrina nacional adequada, coerente e ajustada às FADM e às especificidades das operações de apoio à paz da ONU.

É fundamental o investimento no treino e capacitação especializada em áreas-chave para o Exército moçambicano, tendo em conta os padrões de formação e certificação da ONU, sendo que isso inclui o treino em competências específicas necessárias para as missões de apoio à paz, como a mediação de conflitos, proteção de civis, direitos humanos e gestão de crises, para além das ações militares de combate, reconhecimento, engenharia e logística.

Para tal, a implementação do Centro de Formação de Operações de Apoio a Paz, localizado em Maputo, desempenha um papel fundamental no processo de treino e capacitação do Exército moçambicano e dos restantes ramos das FADM, pois foi edificado sob a égide da ONU.

No âmbito do compromisso com a manutenção da paz e segurança internacionais, Moçambique pode ainda fortalecer a sua relevância estratégica e reforçar a sua cooperação



de forma direta com a ONU, através da nomeação de um representante moçambicano para o Departamento de Operações de Apoio à Paz das Nações Unidas, e indiretamente estabelecendo parcerias com países e organizações que possuem experiência na participação em missões de apoio à paz, bem como a participação em fóruns diplomáticos para promover o envolvimento internacional em questões de paz e segurança.

A definição do nível de ambição da força a ser empenhada é muito importante para apoiar a estratégia genética, a fim de permitir a elaboração de um plano de emprego e a previsibilidade de sustentação da força, num determinado espaço de tempo, tendo em conta os seguintes fatores: aprontamento, projeção, sustentação, retração e regeneração da capacidade.

O incremento do orçamento do Estado, o impulsionamento do financiamento e a política de reembolsos da ONU, pode ser considerada como uma oportunidade para a geração de capacidades militares internas, tendo em conta que os reembolsos poderiam ser aplicados para garantir a sustentabilidade das forças e a edificação de capacidades internas.

A colaboração com a EUTM-MOZ, permitiu apoiar a criação de capacidade para companhias do tipo QRF, de forças especiais do Exército e de fuzileiros navais da Marinha de Guerra das FADM, nas vertentes do treino e de equipamento não letal. Neste sentido, para além das capacidades já edificadas é importante dar continuidade ao processo de desenvolvimento de capacidades multidimensionais, nas áreas de reconhecimento e vigilância, comunicações, engenharia, logística, apoio médico e sanitário, por forma a contribuir numa primeira fase, para elevar a capacidade operacional interna e numa segunda fase, para cumprir com os requisitos da ONU.

O principal contributo para o conhecimento é a apresentação de 14 linhas de ação estratégicas para a geração de capacidades militares com o objetivo de edificar Forças do Exército moçambicano a serem empregues em missões e operações de apoio à paz da ONU, como se apresenta na Figura 3.



OE 1 - Impulsionar a relevância estratégica de moçambique

- LAE 1 - assegurar a geração e treino de forças e meios necessários para as OAP, como veículo de promoção da política externa de Moçambique.
- LAE 2 - reforçar a cooperação com a ONU para acelerar a geração de forças e meios necessários as OAP.

OE 2 - Garantir o desenvolvimento de capacidades

- LAE 3 - aplicar o retorno financeiro da ONU para garantir o emprego de forças em OAP e criar capacidades militares internas.
- LAE 4 - criar um sistema de aprontamento de forças do exército, integrando os processos de aprontamento, projeção e retração.
- LAE 5 - impulsionar o aperfeiçoamento de forças em áreas-chave.
- LAE 6 - aumentar o orçamento das FADM e aprovar a LPM para a criação de capacidades militares.
- LAE 7 - criar recursos financeiros alternativos para operacionalizar a edificação de capacidades militares
- LAE 8 - aprovar o CEM e SFN para impulsionar a criação de capacidades militares.
- LAE 9 - reforçar a cooperação com parceiros internacionais para financiamento em áreas-chave

OE 3 - Dinamizar o treino e capacitação

- LAE 10 - potenciar a participação de forças em exercícios militares internacionais e regionais
- LAE 11 - criar um órgão responsável pela elaboração e implementação de doutrina de emprego e incrementar as condições de aprontamento de forças no CFOAP

OE 4 - Garantir a manutenção e modernização dos meios

- LAE 12 - aplicar o retorno financeiro da ONU na modernização do exército
- LAE 13 - estimular o investimento genético e assegurar a sustentabilidade das forças
- LAE 14 - fomentar o investimento na criação de infraestruturas e modernização das forças e meios

Figura 3 – Principais linhas de ação estratégicas

Podem-se considerar como principais limitações à investigação, a insuficiência de literatura sobre o estudo em análise e a falta de documentação estruturante, concretamente no que concerne à identificação e definição do nível de ambição para as forças moçambicanas, que deverá estar plasmado em um Conceito Estratégico Militar e num Sistema de Forças Nacional baseado em cenários, devendo os mesmos ser apoiados por uma Lei de Programação Militar, para suportar a edificação de capacidades militares internas.

Quanto às linhas de investigação para estudos futuros, sugere-se a necessidade de estudo e elaboração de um Sistema de Aprontamento de Forças do Exército moçambicano, como contributo principal para a definição de uma doutrina nacional moçambicana, baseada numa abordagem integradora dos processos de aprontamento, projeção e retração que concorram para garantir forças prontas e certificadas para o cumprimento de operações de apoio à paz da ONU e de outras organizações regionais, em missões fora do território moçambicano, com vista a estimular uma melhor resposta aos compromissos assinados com as organizações internacionais, bem como, aos atuais desafios securitários internos.

Por outro lado, a possibilidade de ampliar o estudo a outros ramos das Forças Armadas ou a possibilidade de edificação de capacidades militares conjuntas para o emprego em



operações de apoio à paz, gerando o interesse na definição de uma doutrina integrada das FADM.

Como recomendações de ordem prática, sugere-se que as medidas apresentadas neste trabalho sejam consideradas pelo Estado-Maior-General das FADM, através da constituição de grupos de trabalho, integrando elementos do Ministério da Defesa Nacional, para estudar formas de otimização e implementação destas medidas.



Referências bibliográficas

- Aviso n.º 66/91, de 22 de maio (1991). *Publica os textos em inglês e português da Carta das Nações Unidas, atualizada com as alterações adotadas pela Assembleia Geral, e bem assim o Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça*. Diário da República, 1.ª série - A, 117, 2746-2791. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros - Direcção-Geral dos Negócios Político-Económicos.
- Bernardino, L. M. B. (2008). *Estratégias de Intervenção em África – uma década de segurança e defesa na comunidade dos países de língua portuguesa*. Lisboa: Prefácio.
- Chume, C. A. (2021). *Discurso de SEXA Ministro da Defesa Nacional, por ocasião da Reunião Ministerial das Nações Unidas para a Manutenção da Paz, Seul 2021*. [Página online]. Retirado de <http://mozambique.pdf>
- Decisão (PESC) 2021/1143, de 12 de julho. (2021). *Relativa a uma Missão de Formação Militar da União Europeia em Moçambique (EUTM Moçambique)*. Bruxelas: Conselho da União Europeia.
- Decreto Lei n.º 71/2016, de 30 de dezembro. (2016). *Aprova a Estrutura Orgânica das Forças Armadas de Defesa de Moçambique e revoga o Decreto n.º 41/2011, de 2 de setembro*. Boletim da República, 1.ª Série, 156. Maputo: Conselho de Ministros
- Decreto Presidencial n.º 4/2003, de 3 de dezembro. (2003). *Define as atribuições e competências do Ministério da Defesa Nacional*. Boletim da República, 1.ª Série, 49. Maputo: Presidência da República.
- Resolução n.º 42/2006, de 26 de dezembro, (2006). *Aprova o Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. Boletim da República, 1.ª Série, 51. Maputo: Conselho de Ministros.
- Estado-Maior General das Forças Armadas. (2022). *Visão Estratégica Militar para as Forças Armadas Portuguesas 2022/2034*. [página online]. Retirado de [http://rev.7_02.06.2022.indd\(emgfa.pt\)](http://rev.7_02.06.2022.indd(emgfa.pt)). Lisboa: EMGFA
- European Union Training Mission in Mozambique. (2022). *Mandate* [Página online]. Retirado de https://www.eeas.europa.eu/eutm-mozambique/about-european-union-training-mission-mozambique_en?s=4411
- Fachada, C. P. A., Ranhola, N. M. B., Marreiros, J. P. R., & Santos, L. A. B. (2020). *Normas de Autor no IUM* (3.ª Ed., revista e atualizada). IUM Atualidade, 7. Lisboa: Instituto Universitário Militar.



- Garcia, G. L. (2005). *Origem, significado e adequabilidade dos conceitos e ferramentas do Planeamento Operacional: contributos para a doutrina nacional*. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Instituto Universitário Militar. (2020). *Glossário de Termos Militares*. Lisboa: Instituto Universitário Militar
- Joint Air Power Competence Center. (2010). *Strategic Concept of Employment for Unmanned Aircraft Systems in NATO*. Alemanha. Retirado de <http://www.UASCONEMP>
- Lei n.º 12/2019, de 23 de setembro (2019). *Lei de Revisão da Lei n.º 17/97, de 1 de outubro, que aprova a Política de Defesa e Segurança*. Boletim da República, 1.ª Série, 185. Maputo: Assembleia da República.
- Lei n.º 18/2019, de 24 de setembro (2019). *Lei da revisão da Lei n.º 18/97, de 1 de outubro, que aprova a Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas de Defesa de Moçambique*. Boletim da República, 1.ª Série, 186. Maputo: Assembleia da República.
- Lei Orgânica n.º 1/2023, de 17 de agosto (2023). *Aprova a Lei de Programação Militar*. Diário da República, 1.ª Série, 159. Lisboa: Assembleia da República.
- Liotta, P. H., & Lloyd, R. M. (2005). *From Here to There: The Strategy and Force Planning Framework*. Naval War College Review, vol. 58 (2), pp. 121-138. [Página online]. Retirado de <https://www.jstor.org/stable/10.2307/26394185>
- NEP/INV-001(A1). (setembro de 2020). *Procedimentos relativos à elaboração de trabalhos de investigação realizados no âmbito de cursos que não atribuem grau académico*. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- NEP/INV-003 (A3). (setembro de 2020). *Estrutura e Regras de Citação e Referenciação de Trabalhos Escritos a Realizar no Instituto Universitário Militar*. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Ministério da Defesa Nacional. (2011). *PDE 3-65-00 Operações de apoio à paz. Táticas, técnicas e procedimentos*. Lisboa.
- Ministério da Defesa Nacional. (2014). *Conceito Estratégico Militar CEM 2014*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Ministério da Defesa Nacional. (2019). *Sistema de Aprontamento de Forças do Exército*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Ministério da Defesa Nacional. (2024). *Exercícios FELINO*. [Página online]. Retirado de <http://Exercícios FELINO>



- Moreira, A. (2010). *Portugal e as Operações de Paz - Uma Visão Multidimensional*. Lisboa: Prefácio.
- Observatório de Relações Exteriores. (2010). A "arquitetura" de Paz e Segurança em África. *Janus 2010: anuário de relações exteriores*. No 13, 144-145. ISBN: 978-989-619-202-0. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.
- Organização das Nações Unidas. (2008). *United Nations Peacekeeping Operations Principles and Guidelines*. [Página online]. Retirado de http://capstone_eng_0.pdf
- Organização das Nações Unidas. (2020). *Manual on Policies and Procedures concerning the Reimbursement and Control of Contingent-Owned Equipment of Troop/Police Contributors Participating in Peacekeeping Missions*. Nova Iorque.
- Organização das Nações Unidas. (2023). *Administração Transitória das NU em Timor-Leste (UNTAET)*. [Página online]. Retirado de <http://UNTAET>
- Organização das Nações Unidas. (2023a). *Contribution of Uniformed Personnel to UN by Country and Personnel Type*. [Página online]. Retirado de <http://01-Contributions to UN Peacekeeping Operations by Country and Post>
- Organização das Nações Unidas. (2023b). *Peacekeeping Capability Readiness System*. [Página online]. Retirado de [http://2023.10 Peacekeeping Capability Readiness System \(PCRS\)_Guidelines.pdf](http://2023.10 Peacekeeping Capability Readiness System (PCRS)_Guidelines.pdf)
- Organização das Nações Unidas. (2023c). *Generic Statement of Unit Requirements for Quick Reaction Force Company (200)*. [Página online]. Retirado de <http://3- Unidades Militares Genéricas SURs>
- Organização das Nações Unidas. (2024a). *United Nations Peacekeeping Ministerial*. [Página online]. Retirado de <http://2023 UNITED NATIONS PEACEKEEPING MINISTERIAL | United Nations Peacekeeping>
- Organização das Nações Unidas. (2024b). *Current and Emerging Uniformed Capability Requirements for United Nations Peacekeeping*. [Página online]. Retirado de: <http://03- Requisitos de Capacidade Unificada para a Manutenção da Paz da ONU>
- Organização das Nações Unidas. (2024c). *Memorandum of Understanding*. [Página online]. Retirado de <http://Deployment and reimbursement | United Nations Peacekeeping>
- Organização das Nações Unidas. (2024d). *Manual on Policies and Procedures concerning the Reimbursement and Control of Contingent-Owned Equipment of Troop/Police Contributors Participating in Peacekeeping Missions (Manual do COE)*. [Página



online]. Retirado de <http://2023 Contingent-Owned Equipment Working Group | DEPARTMENT OF OPERATIONAL SUPPORT>

Organização das Nações Unidas. (2024e). *Órgãos da ONU*. [Página *online*]. Retirado de: <http://Órgãos da ONU - Nações Unidas - ONU Portugal>

Pereira, C. F. H. (2022). *EUTM-MOZ 1st YEAR / 1º ANO*. EUROPEAN UNION TRAINING MISSION IN MOZAMBIQUE

Porto Editora – relevância no Dicionário infopédia da língua portuguesa. [página *online*].

Porto: Porto Editora. [consultado em 2023-12-18]. Retirado de <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/relevancia>

Resolução n.º 32/2010, de 30 de agosto. (2010). *Aprova a Política Externa da República de Moçambique*. Boletim da República, 1.ª Série, 34, Maputo: Conselho de Ministros

Resolução n.º 42/2006, de 26 de dezembro. (2006). *Aprova o Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. Boletim da República, 1.ª Série, 51, Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.

Ribeiro, A. S. (2007). *Modelo Português de Planeamento Estratégico e de Força*. Lisboa, Portugal: Edições Culturais da Marinha.

Ribeiro, A. S. (2009). *Teoria Geral da Estratégia*. Coimbra: Edições Almedina.

Ribeiro, A. S. (2017). *O Processo Estratégico na Marinha*. Cadernos navais n.º 46. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.

Ribeiro, A. S., & Pinto, S. S. (2022). *O Processo de Gestão Estratégica no Estado-Maior-General das Forças Armadas*. Lisboa: Instituto Universitário Militar.

Santos, L. A., & Lima, J. M. (2019). *Orientações Metodológicas para Elaboração de Trabalhos de Investigação*. Lisboa: IUM- CIDIUM.

Saranga, O. N. (2011). *Contributo da criação do Instituto Superior Militar (ISMI) para a consolidação da profissionalização das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM)*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.

Sarmento, M. (2013). *Metodologia Científica para Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

Sousa, F. (2005). *Dicionário de Relações Internacionais*. Lisboa: Edições Afrontamento.

Talambas, J. D. A. G. (2020). *Proposta de um Modelo para a Geração de Forças nas Forças Armada*. (Trabalho de Investigação Individual CPOG 2019/20). Lisboa: Instituto Universitário Militar.



- Torres, J. M. R. G. (2022). *Emprego de Forças em Operações de Apoio à Paz: Desafios e Oportunidades de Capacitação, (Trabalho de Investigação Individual CPOG 2019/20)*. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- União Africana. (2018). *O Plano de Trabalho de Maputo sobre o Reforço da Força Africana de Alerta (FAA) (2016-2022)*. [Página online]. Retirado de <http://APSA Roadmap 2015-2020>
- Uziel, E., & Vargas, J. (2011). *Comitê Especial de Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas (C-34)*. [Página online]. Retirado de https://www.researchgate.net/publication/301478175_O_Comite_Especial_de_Operacoes_de_Manutencao_da_Paz_das_Nacoes_Unidas_C-34
- Viana, V. R. (2002). *Segurança Coletiva – A ONU e as Operações de Apoio à Paz*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.
- Yarger, H. R. (2006). *Strategic theory for the 21st century: the little book on big strategy*. [Página online]. Retirado de <http://www.Strategic Theory for the 21st Century: The Little Book on Big Strategy>



Apêndice A – Corpo de conceitos

Apontamento	“Processo composto de ações de planeamento, coordenação e execução inerentes ao treino orientado para a missão e ao apoio administrativo-logístico necessário a esse treino e à edificação dos Elementos e das Forças. Divide-se em três fases: 1) apontamento administrativo-logístico; 2) treino orientado para a missão; e 3) preparação da projeção. Tem como potenciais executantes todos os elementos da componente operacional do Sistema de Forças que conduzem de forma planeada e sustentada Treino Operacional. O apontamento termina com a realização de um exercício final de apontamento para certificação da força (MDN, 2019)”.
Conselho de Segurança das Nações Unidas	“Segundo a Carta das Nações Unidas, o Conselho de Segurança é o principal responsável pela manutenção da paz e segurança internacionais. É composto por 15 membros (5 membros permanentes e 10 não permanentes). Cada membro tem um voto, sendo que os 5 membros permanentes (China, Estados Unidos da América, França, Reino Unido e Rússia) têm poder de veto. Os membros não permanentes são eleitos para um mandato de dois anos. Nos termos da Carta, todos os Estados-membros são obrigados a cumprir as decisões do Conselho” (ONU, 2024e).
Doutrina	“Conjunto de princípios e regras que visam orientar as ações das forças e elementos militares, no cumprimento da missão operacional e na prossecução dos objetivos nacionais” (IUM, 2020, p. 114).
Missão	“Declaração, clara e concisa, que facilita o entendimento das tarefas essenciais e finalidade, bem como as tarefas explícitas cometidas aos comandos subordinados” (IUM, 2020, p. 197).
Modelo de Geração de Forças	Entendido como “o processo sistematizado, no âmbito do planeamento de operações, com a finalidade de providenciar o conjunto de forças necessário, no momento e local adequados, para cumprimento de uma determinada operação” (Talambas, 2020, p. 9).
Operação	“Ação militar necessária para o cumprimento de uma missão estratégica, tática, de serviços, de treino ou administrativa. Inclui o planeamento, preparação, execução e avaliação para atingir os objetivos de qualquer empenhamento, batalha, operação de grande envergadura ou campanha” (IUM, 2020, p. 212).
Operação de manutenção da paz	“A manutenção da paz é uma técnica destinada a preservar a paz, por mais frágil que seja, onde os combates foram interrompidos, para ajudar na implementação dos acordos alcançados pelos pacificadores. Ao longo dos anos, a manutenção da paz evoluiu de um modelo essencialmente militar de observação de cessar-fogos e da separação de forças após guerras intraestatais, para incorporar um modelo complexo de muitos elementos – militares, policiais e civis – trabalhando juntos para ajudar lançar as bases para uma paz sustentável” (ONU, 2008).
Princípio da economia de esforço	“Determina, preferencialmente, a exequibilidade da estratégia. Preconiza dispor judiciosamente e empregar adequadamente os meios, com vista à materialização, num dado meio e tempo, do objetivo prioritário fixado” (Ribeiro, 2009, p. 142).
Princípio da importância do objetivo	“É ele que determina, preferencialmente, a adequabilidade da estratégia. Preconiza selecionar e manter-se fiel a objetivos, cuja materialização favoreça mais o interesse nacional. Neste âmbito, o objetivo caracteriza a própria finalidade da ação estratégica, e o seu sentido envolve todos os níveis da estratégia, definindo-lhes o rumo a seguir, de forma a cumprir a missão” (Ribeiro, 2009, pp. 133-134).
Princípio da liberdade de ação	“Determina, preferencialmente, a aceitabilidade da estratégia. Preconiza assegurar o controlo dos fatores que apoiam a ação própria e dificultam a do contrário no meio e no tempo” (Ribeiro, 2009, p. 166).
Planeamento	“Processo pelo qual o comandante visualiza o resultado desejado, expressa as modalidades mais eficazes para o atingir, e comunica aos seus subordinados a sua visão, intenção, e decisão, para atingir o resultado esperado” (IUM, 2020, p. 229).
Relevância	Palavra relevância deriva do latim <i>relevantiā</i> , participio presente neutro plural de <i>relevāre</i> «levantar», qualidade do que é relevante; importância; pertinência. É uma característica atribuída a tudo aquilo que seja de fundamental importância para algo, ou seja, tudo aquilo que seja relevante (Porto, 2023).



Apêndice B – Componentes de desenvolvimento de capacidades militares

Doutrina	Uma base doutrinária eficaz e precisa é essencial para o emprego de qualquer força militar. A doutrina deve abranger táticas, técnicas e procedimentos conjuntos e ser promulgada através de publicações doutrinárias conjuntas ou através de políticas. A doutrina conjunta harmoniza terminologia, relações, responsabilidades e processos através das forças dos vários ramos, libertando o comando para orientar os seus esforços na resolução de problemas de nível estratégico, operacional e tático com que se defrontem.
Organização	As forças, pessoal de apoio e sistemas logísticos devem ser organizados de forma a permitir a otimização das capacidades ao nível de cada escalão e o cumprimento dos objetivos. Algumas características que têm de ser tidas em consideração, na organização, mas não se limitando nesta, serão: treino, experiência, equipamento, capacidade de sustentação, ambiente operacional, ameaça adversária e mobilidade.
Treino	O treino operacional orientado para a missão, com enfoque nas tarefas essenciais e nas tarefas chave, dentro de parâmetros estabelecidos, é crucial para o sucesso da missão. O treino deve abranger as operações e conceitos conjuntos, transversalmente a todas as fases da campanha e todo o espectro das operações, específicas de cada ramo, conjuntas, intergovernamentais e multinacionais. O treino deverá ser apropriado, utilizando redes de informações implementadas e desenvolver-se num ambiente realístico, de forma a preparar da melhor forma possível e adequada o pessoal.
Material/Equipamento	O equipamento disponível deve ser o mais adequado possível a fim de garantir o cumprimento e a sustentabilidade das missões, em termos operacionais e de treino. Deve existir um programa de aquisição e manutenção dos mesmos, com inerentes custos operacionais e de sustentabilidade, para evitar a obsolescência dos mesmos.
Liderança	A liderança transforma o potencial humano em produto efetivo. Os líderes eficazes são capazes de influenciar outros no cumprimento da missão, ao definirem um propósito claro, uma direção consistente e através da motivação. A liderança e a educação consubstanciam-se nas fundações do sucesso. Aos elementos da organização, deve ser fornecida oportunidade para a aquisição dos níveis educacionais e académicos essenciais, que lhes permitam cumprir de forma cabal as missões.
Pessoal	Os objetivos militares devem ser cumpridos empregando níveis otimizados de pessoal. Tais níveis devem ser estabelecidos com base na carga de trabalho e no fornecimento oportuno de pessoal suficiente, capaz e motivado para oferecer, de forma eficaz, <i>outputs</i> de defesa, tanto no presente, como no futuro.
Infraestruturas	Engloba a construção, aquisição, alienação, manutenção e gestão de edifícios e estruturas fixas e permanentes, campos de treino, polígonos, terrenos e serviços de gestão de instalações de apoio. Devem garantir as condições necessárias para o cumprimento dos requisitos operacionais e da execução do treino.
Interoperabilidade	Para alcançar os efeitos pretendidos pelo Comando, é fundamental que o sistema de Comando e Controlo, informações e partilha de dados de operações conjuntas e combinadas sejam baseados em rede. De forma a permitir tal desiderato, é fundamental um grau de interoperabilidade dos meios que permita a sua integração na rede.

Fonte: Adaptado a partir de JAPCC (2010, pp. 16-17).



Apêndice C - Entidades e especialistas participantes das entrevistas

As entrevistas foram dirigidas a entidades especialistas com experiência e responsabilidades no comando, planeamento e geração de forças a nível estratégico, operacional e tático. As entrevistas decorreram no período de dezembro 2023 a abril de 2024, de modo presencial e por correio eletrónico.

Tipo	Cargo	Identificação	DATA
Entrevistas exploratórias	Comandante do Exército	MGen Tiago Alberto Nampele	DEZ24
	Comandante do Contingente moçambicano no Burundi	Cor José Almeida Siteo (Reserva)	NOV24
	Antigo Comandante do CFOAP	Cor Gabriel Francisco Simbe	DEZ24
Entrevistas semiestruturadas	Conselheiro Militar de Moçambique na ONU	BGen Luciano Barbosa	16MAR24
	Chefe do Serviço de Planificação na Direção Pedagógica do ISEDEF	Tcor Jerónimo Jorge José Botão	19MAR24
Entrevistas de confirmação	Diretor-geral de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa Nacional portuguesa	MGen Nuno Lemos Pires	12ABR24
	Chefe da Repartição de Equipamento e Material do Estado-Maior General	Cor Henriques João Sopa	8ABR24
	Diretor Geral do Hospital Militar de Maputo	Cor Aniceto Delton Joaquim Mataruca	17ABR24
	Diretor Pedagógico da Academia Militar Marechal Samora Machel	Cor Nelson Ivo Magaia Zefanias	17ABR24

Legenda: CFOAP (Centro de Formação de Operações de Apoio a Paz); ISEDEF (Instituto Superior de Estudos de Defesa).



Apêndice D – Necessidades recorrentes de forças e meios para OAP da ONU

Quadro 4 – Evolução (de 2021 a 2023) das necessidades recorrentes de forças e meios para as OAP da ONU (ONU, 2024b).

Nº	DATA MM/AAAA	MISSÃO	TIPO DE FORÇAS E MEIOS
1	DEC/2023		1 x MUH unit; 1 x Combat convoy coy; 1 x Inf Batt
2	JUN/2023	MONUSCO	1 x AAH unit
3	APR/2023	MINUSMA	2 x MUH unit with AMET; 1 x MAUH unit; 2 x Mec Inf Recce coy; 1 x QRF coy; 2 x Mec Inf coy; 1 x Inf Batt; 1 x ISR unit.
		MONUSCO	1 x AAH unit.
4	DEC/2022	MINUSMA	2 x MUH unit with AMET; 1 x MAUH unit; 2 x Mec Inf Recce coy; 2 x Mec Inf coy; 1 x Inf Batt; 1 x ISR unit.
		MINUSCA	1 x QRF coy
		MONUSCO	1 x MUH unit with AMET; 1 x AAH unit.
5	SET/2022	MINUSMA	1 x MUH unit with AMET; 1 x MAUH unit; 1 x AHU; 1 x Tactical Airlift Unit; 2 x Mec Inf Recce coy; 1 x Mec Inf coy;
		MINUSCA	1 x QRF Coy
		MONUSCO	1 x MUH unit with AMET; 1 x AAH unit.
6	JUN/2022	MINUSMA	1 x MUH units with AMET; 1 x MAUH unit; 1 x AHU; 2 x Mec Inf Recce coy; 1 x Mec Inf coy;
		MINUSCA	1 x QRF Coy
7	MAR/2022	MINUSMA	2 x MUH units with AMET; 1 x MAUH unit; 1 x AHU.
		MONUSCO	1 x MUH unit; 1 x AAH unit.
		MINUSCA	1 x AAH unit; 1 x QRF coy; 5 x UAS (Class II) units.
8	DEC/2021	MINUSMA	2 x MUH units with AMET; 1 x MAUH unit; 1 x AHU.
		MINUSCA	1 x AAH unit; 5 x UAS (Class II) units.
9	SET/2021	MINUSMA	2 x MUH units with AMET; 1 x MAUH unit; 1 x AHU;



		MINUSCA	1 x Bridge Engineering coy; 1 x AAH unit; 5 x UAS (Class II) units.
10	JUN/2021	MINUSMA	3 x MUH units with AMET; 1 x MAUH unit; 1 x AHU; 1 x QRF coy;
		MINUSCA	1 x QRF coy; 1 x Bridge Engineering coy; 1 x AAH unit; 5 x UAS (Class II) units.
11	MAR/2021	MINUSCA	1 x Inf Batt; 4 x Light QRF coy; 1 x Bridge Engineering coy; 1 x AHU; 5 x UAS Unit (Class II).
		MINUSMA	3 x MUH unit with AMET; 2 x MAUH Unit; 2 x UAS Unit; 1 x AHU; 1 x Special Forces Unit.

Legenda: AHU (Un de helicópteros de ataque); MUH (Un de helicópteros utilitários médios); MAUH (Un de helicópteros armados utilitários médios); AAH (Un de helicópteros armados de ataque médios); AMET (Equipa Médica de Evacuação Aérea); Batt (Batalhão); Coy (Companhia); Mec (Mecanizada); ISR (*Intelligence Surveillance & Reconnaissance*); Recce (Reconhecimento); Unit (Unidade); UAS (*Unmanned Aerial Systems*);

Fonte: Adaptado a partir de ONU (2024d).



Apêndice E – Análise SWOT

Quadro 5 – Matriz SWOT e Linhas de Ação (LA)

SWOT		Ambiente Interno	
		Potencialidades (P)	Vulnerabilidades (V)
		Geração de Forças e Meios Necessárias para as OAP	
		P2 – Experiência em OAP e em combate	V2 - Limitações orçamentais e falta de financiamento
Ambiente Externo	Oportunidades (O)	<i>LA que tiram máximo partido das potencialidades para aproveitar ao máximo as oportunidades (PO)</i>	<i>LA que minimizam as vulnerabilidades e aproveitam oportunidades (VO)</i>
	O1 – Executar a geração de capacidades militares e de treino de Forças para as OAP da ONU O2 – Garantir a sustentabilidade das Forças e a edificação de capacidades internas através da política de ressarcimento	PO11 – Assegurar a geração e treino de Forças e Meios necessários para as OAP, como veículo de promoção da política externa moçambicana PO12 – Aplicar o retorno financeiro da ONU para garantir o emprego de forças em OAP e criar capacidades militares internas PO21 – Criar um Sistema de Aprontamento de Forças do Exército, integrando os processos de Aprontamento, Projeção e Retração PO22 – Aplicar o retorno financeiro da ONU na modernização do Exército	VO11 – Criar um Órgão responsável pela elaboração e implementação de Doutrina de Emprego e incrementar as condições de aprontamento de Forças no CFOAP VO12 – Estimular o investimento genético e assegurar a sustentabilidade das Forças VO21 – Aumentar o Orçamento das FADM e aprovar a LPM para a criação de capacidades militares VO22 – Criar recursos financeiros alternativos para operacionalizar a edificação de capacidades militares
	Ameaças (A)	<i>LA que usam tiram o máximo partido das potencialidades para minimizar as ameaças (PA)</i>	<i>LA que minimizam as vulnerabilidades para fazer face às ameaças (VA)</i>
	A1 – Incapacidade em gerar capacidades especializadas e de alto desempenho para OAP A2 – Incapacidade de criar parcerias sustentáveis de capacitação, treino e equipamento em áreas-chave	PA11 – Reforçar a cooperação com a ONU para acelerar a geração de forças e meios necessários as OAP PA12 – Dinamizar as parcerias para a geração de Forças modernas e credíveis necessárias em OAP PA22 – Impulsionar o aperfeiçoamento de Forças em áreas-chave PA22 – Potenciar a participação de Forças em exercícios militares internacionais e regionais	VA11 – Aprovar o CEM para impulsionar a criação de capacidades militares VA12 - Fomentar a elaboração de Doutrina Militar de Emprego de Forças através de parcerias VA21 – Fomentar o investimento na criação de infraestruturas e modernização das Forças e Meios VA22 – Reforçar a cooperação com parceiros internacionais para financiamento em áreas-chave



Apêndice F - Guião de entrevistas

Caracterização do entrevistado

Entrevista n.º _____

Nome do entrevistado: _____

Ramo: _____ Posto: _____ Cargo: _____ Local: _____ Data: _____

Excelentíssimo Senhor,

Sou o Coronel Otílio Miguel dos Santos Pires, das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), e encontro-me a frequentar o Curso de Promoção a Oficial-General (CPOG) 2023/2024, que decorre no Instituto Universitário Militar (IUM).

Durante este curso, os auditores elaboram Trabalhos de Investigação Individual (TII), em que se abordam questões relevantes para o futuro das Forças Armadas. Neste âmbito, encontro-me a realizar uma investigação com o seguinte enunciado: “*O Papel do Exército Moçambicano nas Operações e Missões de Paz da ONU*”.

O objetivo geral deste TII consiste em propor linhas de ação estratégica para acelerar a edificação de Forças do Exército moçambicano, a empregar em Operações de Apoio à Paz (OAP) da Organização das Nações Unidas (ONU).

O TII segue uma estratégia de investigação qualitativa através da pesquisa e análise documental de referência e com recurso a entrevistas semiestruturadas, que serão efetuadas a especialistas conhecedores do tema ou que tenham responsabilidades na área, sendo o tipo de desenho de pesquisa o estudo de caso.

Solicito a sua autorização para gravar a presente entrevista, de forma a permitir a sua passagem à forma escrita e para referir no trabalho o conteúdo da mesma associado ao seu nome. Caso não seja essa a sua vontade, garanto a confidencialidade do entrevistado e tratarei a informação recolhida de forma anónima. O consentimento relativo ao tratamento dos dados obtidos nesta entrevista destina-se única e exclusivamente ao desenvolvimento deste TII, respeitando os padrões éticos reconhecidos pela comunidade científica

No desenvolvimento deste trabalho procura-se trazer a importância do emprego de Forças do Exército moçambicano em OAP, com a necessidade edificação determinadas capacidades militares internas, bem como, com a identificação de lacunas de capacidades recorrentes para as OAP, com as disponíveis no Exército moçambicano, conjugado com a política financeira de ressarcimento pelo emprego em OAP da ONU.

Da análise do ambiente externo, resultaram as seguintes ameaças ao emprego de forças e meios em OAP: *i*) incapacidade de gerar capacidades especializadas e de alto desempenho para OAP; e *ii*) incapacidade de apoio a capacitação, treino e equipamento em áreas-chave. Dos requisitos atuais e emergentes de capacidades para a geração de forças ajustadas aos ambientes operacionais é possível identificar como oportunidades, as seguintes: *i*) executar a geração de capacidades militares e de treino de Forças para as OAP da ONU; e *ii*) garantir a sustentabilidade das Forças e a edificação de capacidades internas através da política de ressarcimento.

Da análise do ambiente interno torna-se possível identificar como principais potencialidades as seguintes: *i*) incrementar a relevância de Moçambique como coprodutor de paz e segurança; e *ii*) experiência em OAP e em combate. Da análise estrutural e das condições financeiras para edificar capacidades internas torna-se possível identificar como principais vulnerabilidades, as seguintes: *i*) falta de doutrina nacional de emprego em OAP e recursos limitados; e *ii*) limitações orçamentais e falta de financiamento.

O resultado da análise SWOT (Potencialidades, Vulnerabilidades, Oportunidades e Ameaças) é um conjunto de possíveis linhas de ação (LA), que importa avaliar segundo os critérios de adequabilidade, exequibilidade e aceitabilidade.

Assim sendo, venho solicitar a Vossa Excelência que possa responder às questões da presente entrevista, cujas respostas serão fundamentais para identificar as linhas de ação estratégica para acelerar a edificação de capacidades militares para o emprego de Forças do Exército moçambicano em OAP.

Para cada LA, aplicam-se as três (3) critérios de avaliação e uma classificação de alto, baixo ou neutro.

1ª Questão: Adequabilidade (militar) - Considera que a LA proposta, pode produzir os resultados estratégicos desejados?

2ª Questão: Exequibilidade (financeira) - Considera que a LA proposta, pode ser executada com os recursos disponíveis?

3ª Questão: Aceitabilidade (política) - Considera que a LA proposta, pode produzir os resultados esperados na política externa de moçambique?



Nº	Linhas de ação	Critérios de avaliação	Classificação		
			Alto	Baixo	Neutro
1	PO11 – Assegurar a geração e treino de Forças e Meios necessários para as OAP, como veículo de promoção da política externa moçambicana	Adequabilidade			
		Exequibilidade			
		Aceitabilidade			
2	PO12 – Aplicar o retorno financeiro da ONU para garantir o emprego de Forças em OAP e criar capacidades militares internas	Adequabilidade			
		Exequibilidade			
		Aceitabilidade			
3	PO21 – Criar um Sistema de Aprontamento de Forças do Exército, integrando os processos de Aprontamento, Projeção e Retração	Adequabilidade			
		Exequibilidade			
		Aceitabilidade			
4	PO22 – Aplicar o retorno financeiro da ONU na modernização do Exército	Adequabilidade			
		Exequibilidade			
		Aceitabilidade			
5	PA11 – Reforçar a cooperação com a ONU para acelerar a geração de forças e meios necessários as OAP	Adequabilidade			
		Exequibilidade			
		Aceitabilidade			
6	PA12 – Dinamizar as parcerias para a geração de Forças modernas e credíveis necessárias em OAP	Adequabilidade			
		Exequibilidade			
		Aceitabilidade			
7	PA22 – Impulsionar o aperfeiçoamento de Forças em áreas-chave	Adequabilidade			
		Exequibilidade			
		Aceitabilidade			
8	PA22 – Potenciar a participação de Forças em exercícios militares internacionais e regionais	Adequabilidade			
		Exequibilidade			
		Aceitabilidade			
9	VO11 – Criar um Órgão responsável pela elaboração e implementação de Doutrina de Emprego e incrementar as condições de aprontamento de Forças no CFOAP	Adequabilidade			
		Exequibilidade			
		Aceitabilidade			
10	VO12 – Estimular o investimento genético e assegurar a sustentabilidade das Forças	Adequabilidade			
		Exequibilidade			
		Aceitabilidade			
11	VO21 – Aumentar o Orçamento das FADM e aprovar a LPM para a criação de capacidades militares	Adequabilidade			
		Exequibilidade			
		Aceitabilidade			
12	VO22 – Criar recursos financeiros alternativos para operacionalizar a edificação de capacidades militares	Adequabilidade			
		Exequibilidade			
		Aceitabilidade			
13	VA11 – Aprovar o CEM para impulsionar a criação de capacidades militares	Adequabilidade			
		Exequibilidade			
		Aceitabilidade			
14	VA12 - Fomentar a elaboração de Doutrina Militar de Emprego de Forças através de parcerias	Adequabilidade			
		Exequibilidade			
		Aceitabilidade			
15	VA21 – Fomentar o investimento na criação de infraestruturas e modernização das Forças e Meios	Adequabilidade			
		Exequibilidade			
		Aceitabilidade			
16	VA22 – Reforçar a cooperação com parceiros internacionais para financiamento em áreas-chave	Adequabilidade			
		Exequibilidade			
		Aceitabilidade			

Grato pela atenção e disponibilidade dispensadas.

Otílio Miguel dos Santos Pires

Coronel de Infantaria

**Apêndice G – Análise de conteúdo****Quadro 6 – Análise de conteúdo das entrevistas de confirmação**

Nº	Linhas de ação	Critérios de avaliação	Entrevistados				Unidades de enumeração	Resultados (%)
			1	2	3	4		
1	PO11 – Assegurar a geração e treino de Forças e Meios necessários para as OAP, como veículo de promoção da política externa moçambicana	Adequabilidade	A	A	B	A	A3	75%
		Exequibilidade	N	B	B	B	A0	0%
		Aceitabilidade	A	A	B	A	A3	75%
2	PO12 – Aplicar o retorno financeiro da ONU para garantir o emprego de Forças em OAP e criar capacidades militares internas	Adequabilidade	A	A	B	A	A3	75%
		Exequibilidade	N	A	B	A	A1	25%
		Aceitabilidade	A	N	N	A	A2	50%
3	PO21 – Criar um Sistema de Aprontamento de Forças do Exército, integrando os processos de Aprontamento, Projeção e Retração	Adequabilidade	A	A	A	A	A3	100%
		Exequibilidade	N	A	B	B	A0	0%
		Aceitabilidade	A	A	B	A	A2	50%
4	PO22 – Aplicar o retorno financeiro da ONU na modernização do Exército	Adequabilidade	A	A	B	A	A2	50%
		Exequibilidade	N	A	N	A	A2	50%
		Aceitabilidade	A	A	B	A	A2	50%
5	PA11 – Reforçar a cooperação com a ONU para acelerar a geração de forças e meios necessários as OAP	Adequabilidade	A	A	A	A	A4	100%
		Exequibilidade	N	B	A	A	A1	25%
		Aceitabilidade	A	A	B	A	A2	50%
6	PA12 – Dinamizar as parcerias para a geração de Forças modernas e credíveis necessárias em OAP	Adequabilidade	A	N	A	A	A3	75%
		Exequibilidade	N	B	A	A	A1	25%
		Aceitabilidade	A	B	B	A	A0	0%
7	PA22 – Impulsionar o aperfeiçoamento de Forças em áreas-chave	Adequabilidade	A	A	A	A	A4	100%
		Exequibilidade	N	B	N	B	A0	0%
		Aceitabilidade	A	A	A	A	A4	100%
8	PA22 – Potenciar a participação de Forças em exercícios militares internacionais e regionais	Adequabilidade	A	A	A	A	A4	100%
		Exequibilidade	N	B	A	A	A1	25%
		Aceitabilidade	A	A	A	A	A4	100%
9	VO11 – Criar um Órgão responsável pela elaboração e implementação de Doutrina de Emprego e incrementar as condições de aprontamento de Forças no CFOAP	Adequabilidade	A	A	A	A	A4	100%
		Exequibilidade	N	B	A	B	A0	0%
		Aceitabilidade	A	A	A	B	A2	50%
10	VO12 – Estimular o investimento genético e assegurar a sustentabilidade das Forças	Adequabilidade	A	A	N	A	A3	75%
		Exequibilidade	N	B	B	A	A0	0%
		Aceitabilidade	A	A	N	A	A3	75%
11	VO21 – Aumentar o Orçamento das FADM e aprovar a LPM para a criação de capacidades militares	Adequabilidade	A	A	A	A	A4	100%
		Exequibilidade	A	B	A	A	A2	50%
		Aceitabilidade	A	A	B	A	A2	50%
12		Adequabilidade	A	A	A	A	A4	100%



	VO22 – Criar recursos financeiros alternativos para operacionalizar a edificação de capacidades militares	Exequibilidade	A	A	A	A	A4	100%
		Aceitabilidade	A	A	A	A	A4	100%
13	VA11 – Aprovar o CEM para impulsionar a criação de capacidades militares	Adequabilidade	A	A	A	A	A4	100%
		Exequibilidade	N	B	A	A	A1	25%
		Aceitabilidade	A	A	B	A	A2	50%
14	VA12 - Fomentar a elaboração de Doutrina Militar de Emprego de Forças através de parcerias	Adequabilidade	A	N	A	A	A3	75%
		Exequibilidade	A	N	A	B	A1	25%
		Aceitabilidade	A	N	A	B	A1	25%
15	VA21 – Fomentar o investimento na criação de infraestruturas e modernização das Forças e Meios	Adequabilidade	A	A	A	A	A4	100%
		Exequibilidade	N	B	A	B	A0	0%
		Aceitabilidade	A	A	A	A	A4	100%
16	VA22 – Reforçar a cooperação com parceiros internacionais para financiamento em áreas-chave	Adequabilidade	A	A	A	A	A4	100%
		Exequibilidade	N	B	B	A	A0	0%
		Aceitabilidade	A	A	A	A	A4	100%

Legenda: A (Alto); B (Baixo); N (Neutra).

Análise avaliativa das entrevistas: A=1, B=-1 e N=0 (Sarmiento, 2013, p. 57).

**Apêndice H – Validação e fiabilidade das entrevistas****Quadro 7 – Linhas de ação e validação**

Nº	Linhas de ação estratégicas	Critérios de avaliação	Valores de enumeração	Fiabilidade dos resultados
1	LAE1 – Assegurar a geração e treino de Forças e Meios necessários para as OAP, como veículo de promoção da política externa moçambicana	Adequabilidade	A	Sim 50%
		Exequibilidade	B	
		Aceitabilidade	A	
2	LAE2 – Aplicar o retorno financeiro da ONU para garantir o emprego de Forças em OAP e criar capacidades militares internas	Adequabilidade	A	Sim 50%
		Exequibilidade	B	
		Aceitabilidade	N	
3	LAE3 – Criar um Sistema de Aprontamento de Forças do Exército, integrando os processos de Aprontamento, Projeção e Retração	Adequabilidade	A	Sim 50%
		Exequibilidade	B	
		Aceitabilidade	N	
4	LAE4 – Aplicar o retorno financeiro da ONU na modernização do Exército	Adequabilidade	N	Sim 50%
		Exequibilidade	N	
		Aceitabilidade	N	
5	LAE5 – Reforçar a cooperação com a ONU para acelerar a geração de forças e meios necessários as OAP	Adequabilidade	A	Sim 58%
		Exequibilidade	B	
		Aceitabilidade	N	
6	LAE6 – Dinamizar as parcerias para a geração de Forças modernas e credíveis necessárias em OAP	Adequabilidade	A	Não 33%
		Exequibilidade	B	
		Aceitabilidade	B	
7	LAE7 – Impulsionar o aperfeiçoamento de Forças em áreas-chave	Adequabilidade	A	Sim 67%
		Exequibilidade	B	
		Aceitabilidade	A	
8	LAE8 – Potenciar a participação de Forças em exercícios militares internacionais e regionais	Adequabilidade	A	Sim 75%
		Exequibilidade	B	
		Aceitabilidade	A	
9	LAE9 – Criar um Órgão responsável pela elaboração e implementação de Doutrina de Emprego e incrementar as condições de aprontamento de Forças no CFOAP	Adequabilidade	A	Sim 50%
		Exequibilidade	B	
		Aceitabilidade	N	
10	LAE10 – Estimular o investimento genético e assegurar a sustentabilidade das Forças	Adequabilidade	A	Sim 50%
		Exequibilidade	B	
		Aceitabilidade	A	
11	LAE11 – Aumentar o Orçamento das FADM e aprovar a LPM para a criação de capacidades militares	Adequabilidade	A	Sim 67%
		Exequibilidade	N	
		Aceitabilidade	N	
12	LAE12– Criar recursos financeiros alternativos para operacionalizar a edificação de capacidades militares	Adequabilidade	A	Sim 100%
		Exequibilidade	A	
		Aceitabilidade	A	
13	LAE13 – Aprovar o CEM para impulsionar a criação de capacidades militares	Adequabilidade	A	Sim 58%
		Exequibilidade	B	
		Aceitabilidade	N	
14	LAE14 - Fomentar a elaboração de Doutrina Militar de Emprego de Forças através de parcerias	Adequabilidade	A	Não 42%
		Exequibilidade	B	
		Aceitabilidade	B	
15	LAE15 – Fomentar o investimento na criação de infraestruturas e modernização das Forças e Meios	Adequabilidade	A	Sim 67%
		Exequibilidade	B	
		Aceitabilidade	A	
16	LAE16 – Reforçar a cooperação com parceiros internacionais para financiamento em áreas-chave	Adequabilidade	A	Sim 67%
		Exequibilidade	B	
		Aceitabilidade	A	

Legenda: A (Alto); B (Baixo); N (Neutra).